



# As Opções do Plano e o Orçamento para

**2022**

## AS OPÇÕES DO PLANO E O ORÇAMENTO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2022

### APROVADO

#### PELA JUNTA DE FREGUESIA

As Opções do Plano e o Orçamento, devidamente numerado e rubricado, foi aprovado na reunião da Junta de Freguesia, tendo todas as suas folhas sido rubricadas pelos membros do executivo que abaixo assinam

Em reunião de

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### PELA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

As Opções do Plano e o Orçamento, foi presente e aprovado por maioria/unanimidade da Assembleia de Freguesia em sua sessão ordinária, tendo todas as suas folhas sido rubricadas pela mesa que abaixo assina

Em sessão de

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Verificámos a consistência e a adequação dos pressupostos e das estimativas contidas nas Opções do Plano e o Orçamento, pelo que do ponto de vista técnico o documento encontra-se em condições de ser votado. Mais informamos que estaremos à disposição dos elementos da assembleia, caso o desejem, para o esclarecimento de dúvidas de carácter técnico. Para tal podem contactar os nossos serviços por: mail ([geral@lusaconta.pt](mailto:geral@lusaconta.pt)) ou telefone (239 918 650).

**O Contabilista Público**

## Índice

<b>1. Nota Prévia</b> .....	4
<b>2. Mensagem do Executivo</b> .....	8
<b>3. Normas Regulamentares da Execução do Orçamento</b> .....	10
<b>I - AS OPÇÕES DO PLANO</b> .....	21
<b>1. Contexto Organizacional</b> .....	22
1.1. Missão .....	22
1.2. Visão .....	23
1.3. Valores .....	23
1.4. Responsabilidade Social .....	23
1.5. Objetivos .....	24
1.6. Estratégias.....	25
<b>2. Organização Administrativa &amp; Recursos Humanos</b> .....	26
<b>3. Áreas de Ação</b> .....	28
3.1. Educação e Juventude.....	28
3.2. Ação Social .....	29
3.3. Saúde.....	30
3.4. Cultura .....	30
3.5. Desporto e Associativismo.....	31
3.6. Políticas de Informação e Proximidade.....	32
3.7. Ambiente .....	33
3.8. Património, Infraestruturas e Conservação dos Espaços Públicos.....	34
3.9. Cemitério .....	35
3.10. Orçamento Colaborativo .....	35
<b>4. DIREITO DE OPOSIÇÃO - Lei n.º. 24/98</b> .....	36
4.1. Sugestões do CHEGA .....	36
4.2. Sugestões do PS (Partido Socialista) .....	36
4.3. Sugestões do PSD (Partido Social Democrata).....	37
<b>II - ORÇAMENTO</b> .....	38
<b>1. Nota de Enquadramento</b> .....	39
<b>2. Enquadramento Macroeconómico</b> .....	40

<b>3. Orçamento SNC-AP</b> .....	41
<b>4. Recursos Financeiros</b> .....	43
<b>5. Previsão das Receitas</b> .....	46
5.1. Receitas Correntes .....	47
5.2. Receitas de Capital .....	52
<b>6. Previsão das Despesas</b> .....	54
6.1. Despesas Correntes .....	54
6.2. Despesas de Capital .....	59
<b>III - MAPAS ORÇAMENTAIS</b> .....	61
<b>Anexo 1 Mapa de Pessoal</b> .....	61
<b>Anexo 2 Orçamento e Plano Orçamental Plurianual</b> .....	61
<b>Anexo 3 Plano Plurianual de Investimentos</b> .....	61
<b>Anexo 4 Orçamento Receita</b> .....	61
<b>Anexo 5 Orçamento Despesa</b> .....	61

## 1. Nota Prévia

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), compete à junta de freguesia elaborar as Opções do Plano e a proposta de Orçamento, cabendo à Assembleia de Freguesia a sua aprovação em conformidade com a alínea a), n.º 1 do artigo 9.º do RJAL.

A presente proposta sobre as Opções do Plano, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos, foi elaborada tendo em consideração os requisitos legais na aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 85/2016 e 33/2018, de 21 de dezembro e 15 de maio.

O SNC-AP foi desenvolvido tendo presente que o universo das administrações públicas engloba entidades da mais variada natureza e dimensão e com atividades e transações das mais simples às mais complexas podendo, assim, ser aplicado a todas elas independentemente de qualquer um destes fatores distintivos. Justifica-se portes, que a algumas entidades (como é o caso de algumas freguesias) possa ser permitido fazer uma aplicação simplificada do sistema desde que essa simplificação esteja assente nos mesmos princípios, conceitos e critérios para permitir a consistência e comparabilidade entre as diversas instituições e facilitar a consolidação quando apropriado.

Foi nesta base que foi elaborado o Regime Simplificado do SNC-AP já previsto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e aprovado pela Portaria n.º 218/2016, de 9 de agosto.

O regime simplificado<sup>1</sup> é uma opção que é concedida a dois tipos de entidades de menor dimensão e risco orçamental definidas nos artigos 3.º (Pequenas Entidades) e 4.º (Micro Entidades) da Portaria n.º 218/2016, de 9 de agosto.

De acordo com o previsto no n.º 46.º do ponto 11 da norma de contabilidade pública (NCP) 26 do SNC-AP, as demonstrações orçamentais a elaborar por uma microentidade e são:

- Orçamento e plano orçamental plurianual (ano seguinte, mais 4 anos);
- Plano plurianual de investimentos.

O SNC-AP, não prevê regras ou disposições específicas para a elaboração do orçamento. Não obstante, dispõe, no seu artigo 17.º, que é excluído da revogação do POCAL o ponto 3.3, relativo às regras previsionais, pelo que as mesmas se mantêm em vigor, aplicando-se essas regras à elaboração do orçamento para o ano do orçamento a aprovar, mas não para os anos seguintes considerados no mesmo. De referir que também, os pontos 2.9 e 8.3.1 previstos no POCAL e relativos ao controlo interno e às modificações do orçamento não se encontram revogados.

Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, no seu artigo 40.º que o orçamento deve prever as receitas necessárias para cobrir

---

<sup>1</sup> Os valores a considerar são anuais e a observação dos limites tem que verificar-se durante dois anos consecutivos.

- Pequena Entidade é aquela que durante dois anos consecutivos registou um montante global anual de despesa orçamental paga superior a 1 milhão e inferior a 5 milhões de euros;

- Microentidade é aquela que durante dois anos consecutivos registou um montante global anual de despesa orçamental paga inferior a 1 milhão de euros.

todas as despesas e a receita corrente deve ser pelo menos igual à despesa corrente. O saldo de gerência da execução orçamental pode ser incorporado numa alteração orçamental, com a aprovação do Mapa dos Fluxos de Caixa pelo órgão executivo, em momento anterior ao da aprovação dos documentos de prestação de contas.

O orçamento deve estar enquadrado num plano plurianual (N+4), para todos os anos a receita e a despesa devem estar equilibrados, deve ter em atenção o princípio da estabilidade orçamental, bem como o da equidade intergeracional previstos, respetivamente, nos artigos 5.º e 9.º do RFALEI.

Assim sendo, a autarquia deve realizar o exercício tendo por base a evolução que prevê ao nível da receita, associada à evolução expectável da base tributária e da procura de bens e serviços sujeitos a taxas ou preços, bem como das transferências e operações de financiamento que tenha previsto, como seja a comparticipação comunitária em projetos de investimento. No lado das despesas, deve ter em consideração os compromissos e obrigações já assumidos, bem como os projetos previstos no seu plano plurianual de investimentos e nas suas atividades mais relevantes.

A taxa de inflação prevista é um indicador relevante a considerar para a estimativa de receita e despesa.

Naturalmente, verifica-se um grau considerável de imprevisibilidade inerente à natureza de algumas tipologias de receita e de despesa, motivo pelo qual, a previsão para os anos seguintes ao do orçamento é meramente indicativa, sendo o quadro plurianual orçamental atualizado anualmente.

No exercício orçamental para o ano do orçamento a aprovar e para os anos seguintes recomenda-se, que apenas sejam considerados os projetos de investimento de execução anual e/ou plurianual, constantes da proposta de Plano Plurianual de Investimentos que acompanha o orçamento, inscrevendo-se no ano de cada proposta de orçamento, os respetivos projetos que serão iniciados.

Os documentos previsionais deverão ser elaborados com base no classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, incluindo as rubricas previstas no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, de acordo com os modelos previstos no n.º 47.º do ponto 11 da NPC 26 do SNC-AP, uma vez que os reportes de execução terão de respeitar estes modelos.

Pretende assim o Executivo apresentar uma proposta adequada à realização de investimentos e despesas que pensa serem possíveis de concretização no exercício de 2022.

O surto do Covid-19, classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e que obrigou o nosso País a declarar o Estado de Emergência em 18 de março de 2020 e 6 de novembro de 2020, teve um impacto social e económico muito significativo, gerando um elevado grau de incerteza para todas as entidades. A incerteza da evolução futura do surto do Covid-19 pode levar a implicações na execução desta proposta de orçamento que podem, pelo que se registou na presente execução, vir a ser muito significativas.

Com o SNC-AP, a regularidade técnica na execução da contabilidade pública e na prestação de contas é assegurada pelo contabilista público. As funções de contabilista público são assumidas nas freguesias em que seja aplicado o regime simplificado, por ausência de recursos humanos que preencham os requisitos, a função do contabilista público pode ser assegurada por um contabilista certificado, nos termos do artigo 9.º dos Estatutos da Ordem dos Contabilistas Certificados.

Nesta circunstância os documentos elaborados e relativos às Opções do Plano e Orçamentos, são colocados à análise e decisão da Assembleia de Freguesia de harmonia com o preceituado na alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º da referida Lei 75/2013 de 12 de setembro.



## 2. Mensagem do Executivo

Nesta circunstância os documentos elaborados e relativos às Opções do Plano e Orçamentos, são colocados à análise e decisão da Assembleia de Freguesia de harmonia com o preceituado na alínea a) do nº1 do artigo 9.º da referida Lei 75/2013 de 12 de setembro.

O documento que apresentamos é um resumo de ações políticas para o ano de 2022, que se insere na estratégia que o Executivo da Junta assumiu para o período de 2021-2025.

As atividades e medidas propostas, em Orçamento, refletem os nossos compromissos para a Freguesia, com vista a uma Freguesia cada vez mais próxima do cidadão, desenvolvida, moderna, mais amiga do ambiente e mais solidária.

A situação pandémica que vivemos desde 2020 tem condicionado a ação de proximidade, no entanto, estamos esperançados de que em 2022 possamos concretizar de forma mais efetiva o apoio social e cultural à nossa população.

Não será um ano fácil, contudo, este documento para 2022 está preparado para ajudar a encontrar as melhores respostas e desempenhos para este desafio.

No nosso dia-a-dia estamos preparados para saber acolher todos os fregueses, dando as respostas convenientes ou intermediando com outras entidades. Os laços com os utentes e saber unir interesses em assuntos de superior relevância para a freguesia continuam a ser o nosso maior compromisso.

A nossa proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2022 baseia-se na construção de um documento alicerçado no que tem sido o nosso trabalho e numa linha de coerência com o que temos executado.

A nossa aposta assenta na demonstração do nosso compromisso com a população e centra-se, essencialmente, nas pessoas.

Temos reiterado o propósito de desenvolver um apoio social e atenção às pessoas e famílias que continuam a necessitar de apoio, não só económico, mas também ao nível do apoio psicológico, do apoio jurídico e em todas as dimensões possíveis e enquadráveis nas competências deste órgão autárquico.

Ao abrigo do estipulado na Lei 24/98 de 26 de maio – “Estatuto do Direito de Oposição, Direito de Consulta Prévia”, auscultamos também todas as forças políticas, com assento nos órgãos da Freguesia, para apresentarem as suas propostas. Neste campo recebemos os contributos da bancada do PSD, Partido CHEGA e do PS, tendo as mesmas sido incorporadas neste documento.

Queremos continuar a enobrecer esta Freguesia, sabendo ser e sabendo fazer melhor. Queremos estar ao lado das boas causas e a todos servir de igual forma. Só um bom relacionamento com todas as instituições permite um resultado final positivo, assente sempre num princípio de transparência, independência e competência.

Com as Opções do Plano e Orçamento para 2022, indagamos dar uma resposta às necessidades da população, sobretudo, a mais vulnerável, assim como aproximar e unir todos os cidadãos e cidadãs da Freguesia.

Com a estratégia orçamental para 2022 pretende-se uma política de rigor e consolidação orçamental tendo em vista aprofundar a estabilização do equilíbrio e a prossecução de projetos estruturantes.

É um Plano que queremos concretizar, um Plano que também é o Plano da Esperança, o Plano que nos irá trazer a normalidade, o Plano que pode fazer de 2022 um ano melhor para a vida dos cidadãos da nossa Freguesia, bem como para a daqueles que nos visitam.

Para apreciação e aprovação da Assembleia de Freguesia, submetemos as Opções do Plano e Orçamento para 2022, na expectativa de obter por parte dos seus elementos, a confiança e concordância positiva, a fim de garantir o normal funcionamento da Autarquia.

### 3. Normas Regulamentares da Execução do Orçamento

#### Capítulo I

#### Âmbito e Princípios Genéricos

#### Artigo 1.º - Definição e Objeto

1. O presente normativo estabelece regras e procedimentos necessários à execução do Orçamento da Freguesia, de modo a garantir o cumprimento dos princípios orçamentais, nos termos do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e dos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1 Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.
2. São também aplicáveis à execução do Orçamento, as disposições constantes da Norma de Controlo Interno.
3. O presente regulamento atende ainda ao disposto na seguinte legislação: Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro; Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro; Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho; Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho; Decreto-Lei 114/2007, de 19 de Abril; Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro; e Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro.

#### Artigo 2.º - Utilização das Dotações Orçamentais

Durante o ano de 2022 a utilização das dotações orçamentais fica dependente da existência de fundos disponíveis a curto prazo, previstos ao abrigo do disposto da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA).

#### Artigo 3.º - Execução Orçamental

1. O Executivo, baseado em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reorientando as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas, com o menor custo financeiro.
2. Na execução dos documentos previsionais deverá ser tido em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovados e da gestão eficiente da tesouraria. Segundo os princípios da utilização racional das dotações aprovadas, a assunção dos custos e das despesas deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.

3. Deverá continuar a ser assegurado e implementado durante o ano de 2022 um efetivo sistema de controlo interno, com vista ao reforço do controlo financeiro, com o objetivo de garantir o rigor na execução orçamental e evitar a má utilização dos recursos autárquicos.

#### Artigo 4.º - Registo Contabilístico

1. O registo da receita e da despesa e dos respetivos movimentos contabilísticos serão efetuados em documentos próprios.
2. Os documentos, registos, circuitos e respetivos tratamentos, serão os constantes do sistema de controlo interno, aprovado nos termos do disposto do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, conjugado com o estipulado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

#### Artigo 5.º - Gestão dos Bens Tangíveis e Intangíveis da Autarquia

1. A Gestão do Património da Freguesia executar-se-á nos termos do Regulamento de Cadastro e Inventário de Bens da Autarquia.
2. As aquisições de imobilizado efetuam-se de acordo com as grandes opções do plano, nomeadamente o plano plurianual de investimentos e com base nas orientações do órgão executivo através de informação-proposta ou documento equivalente, designadamente contratos, após aprovação da despesa bem como da verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis.

#### Artigo 6.º - Modificações ao Orçamento

1. As dotações inscritas nas Opções do Plano, participadas por Fundos Comunitários ou outros, só poderão ser utilizadas para reforços de outras iniciativas, após reformulação, devidamente comprovada, do respetivo cronograma financeiro.
2. A modificação ao Orçamento, decorrente da aplicação de receitas legalmente consignadas, só poderá ser considerada com a efetiva atribuição (homologação) pela entidade respetiva.

## Capítulo II

### Receita e Despesa Orçamental

### Artigo 7.º- Princípios Gerais para a Arrecadação de Receitas

1. Na execução do Orçamento da receita, devem ser respeitados os princípios e regras definidas no § 4 NCP 26, nomeadamente:
  - 1.1. Nenhuma receita poderá ser liquidada e recebida se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada;
  - 1.2. A Liquidação pode exceder os valores inscritos no Orçamento.
2. A liquidação e o recebimento de receitas serão efetuados com base na legislação e regulamento em vigor.
3. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelas correspondentes rubricas do Orçamento do ano em que a cobrança se efetuar.

### Artigo 8.º - Princípios Gerais para a Realização de Despesas

1. Na execução do Orçamento da despesa, devem ser respeitados os princípios e regras definidas no § 5 NCP 26, nomeadamente:
  - 1.1. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes situações:
    - a) verificada a conformidade legal e a regularidade da despesa, nos termos da lei;
    - b) registado previamente à realização da despesa no sistema informático de apoio à execução orçamental;
    - c) emitido um número de compromisso válido e sequencial que é refletido na nota de encomenda.
  2. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que se assegure a existência de fundos disponíveis.
  3. O registo do compromisso deve ocorrer o mais cedo possível, sendo as despesas permanente, como salários, eletricidade, água, comunicações, seguros, rendas, contratos de fornecimento contínuos e contratos de quantidade, devem ser registados mensalmente.
  4. As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas, se estiverem devidamente justificadas e tiverem cobertura orçamental; a saber:

- 4.1. No caso do investimento, se estiverem inscritas no Orçamento e no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) com dotação igual ou superior ao valor do cabimento e compromisso;
- 4.2. No caso das restantes despesas, se o saldo orçamental da rubrica for igual ou superior ao encargo a assumir.
- 4.3. Os pagamentos só podem ser executados quando os compromissos tiverem sido assumidos em conformidade com as regras e procedimentos previstos na lei e/ou no presente regulamento.
5. As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de dezembro, devendo o pagamento dos encargos assumidos e não pagos até 31 de dezembro ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte.
6. A autorização para a realização de despesas será concedida pela entidade com delegação de competência para o efeito, exarada sobre a requisição numerada ou documento equivalente, previamente cabimentada e apreciada a sua adequação às regras e princípios a aplicar na realização das despesas.
7. As propostas relativas à atribuição de subsídios ou realização de transferências para valores superiores a 5.000,00 euros, terão de ser acompanhadas de declaração da Segurança Social comprovativa da situação contributiva regularizada e identificação completa do beneficiário - nome, morada, contato, e-mail e número de identificação fiscal.
8. As propostas relativas à atribuição de subsídios ou realização de transferências para qualquer montante, terão de ser acompanhadas de declaração das Finanças comprovativas da situação tributária regularizada, a qual deverá mencionar que não é devedor perante a Fazenda Pública de quaisquer impostos ou prestações tributárias e respetivos juros.
9. No caso específico do compromisso da despesa, e tendo como princípio básico a não utilização da antecipação de fundos prevista no artigo 4º da LCPA, deverá atender-se à regra prevista no n.º 2 do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, ou seja, os compromissos serão realizados em função dos trabalhos e fornecimentos a desenvolver mensalmente.

#### Artigo 9.º - Autorização para a Contratação das Despesas

1. As competências para a autorização da realização de despesas, são estabelecidas por deliberação do executivo, sem prejuízo da adoção de regras e demais procedimentos estabelecidos sobre esta matéria por legislação em vigor, nomeadamente Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

2. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento as seguintes despesas: vencimentos e salários, encargos de empréstimos, contribuições e impostos, reembolsos ou quotas ao Estado ou organismos seus dependentes, água, energia elétrica, telefone, prémios de seguros e quaisquer outros contratos que resultem de contratos legalmente celebrados, bem como o pagamento a diversas entidades por Operações de Tesouraria.
3. Qualquer encargo só pode ser assumido depois de ser previamente registado o cabimento da importância correspondente à despesa a pagar.

#### Artigo 10.º - Constituição de Fundos de Maneio

1. Em caso de reconhecida necessidade poderá ser autorizada pelo Presidente da Junta a constituição de fundos de maneio, por conta da respetiva dotação orçamental, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis.
2. Cada um dos fundos referidos no número anterior, tem de ser regularizado no fim de cada mês, num único título e saldado no fim do ano, não podendo conter, em caso algum, despesas não documentadas.

#### Artigo 11.º - Pagamentos Eletrónicos

1. Para as aquisições que exijam o pagamento imediato, poderá ser atribuído um cartão de débito, na modalidade de pré-pago.
2. O Cartão é atribuído a um titular designado para o efeito pela unidade orgânica respetiva, o qual é responsável pela correta utilização do mesmo, após os competentes registos contabilísticos.

#### Artigo 12.º - Tramitação dos processos de Contratação Pública

1. Os serviços devem utilizar obrigatoriamente uma plataforma eletrónica de compras ou meio de transmissão eletrónica de dados, para desenvolver a tramitação de todos os procedimentos de contratação pública relativos, nomeadamente, às aquisições de bens e de serviços, às locações e às empreitadas ou concessões.
2. O disposto no número anterior deve ser sempre aplicável, independentemente do valor da despesa e mesmo que o procedimento a adotar seja o ajuste direto simplificado.

3. Cada procedimento para além de ter uma requisição associada deve estar devidamente justificado e suportado por uma informação prévia, de forma a se instruir respetivo o caderno de encargos.
4. De forma a garantir a disponibilização dos contratos nas datas pretendidas, cada unidade orgânica deve apresentar o respetivo pedido de compra respeitando os seguintes prazos de antecedência mínima:
  - a) 5 dias para aquisições de valor inferior a € 5.000,00;
  - b) 10 dias para aquisições de valor superior a €5.000,00;
  - c) 15 dias para aquisições de valor superior a €20.000,00.
  - d) 30 dias para aquisições de valor superior a €75.000,00.

#### Artigo 13.º - Procedimento para a Realização da Despesa

1. Os concursos públicos ou limitados, os procedimentos de negociação ou diálogo concorrencial, serão efetuados de harmonia com as regras de contratação pública estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.
2. São excluídas dos procedimentos de contratação as entidades relativamente às quais se verifique qualquer das situações de impedimentos referidos no artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.
3. A realização de trabalhos de construção, reconstrução, restauro, reparação, conservação ou adaptação de imóveis, bem como às concessões de obras públicas e fornecimentos de obras públicas aplica-se o regime constante do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro. Os processos de formalização dos respetivos contratos, a adotar são os seguintes:
  - 3.1. Concurso público - para empreitadas de valor igual ou superior a 150.000,00€.
  - 3.2. Consulta prévia - para empreitadas de valor inferior a 150.000,00€
  - 3.3. Ajuste direto - para empreitadas de valor inferior a 30.000,00€
4. A realização de despesas com aquisição de bens e serviços, locação e aquisição de bens imóveis, regem-se pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro. Os procedimentos a adotar são os seguintes:
  - 4.1. Concurso público - para aquisições cujo valor do contrato seja superior a 75.000,00€.
  - 4.2. Consulta prévia - para aquisições cujo valor seja inferior a 75.000,00 €.



- 4.3. Ajuste direto – para aquisições cujo valor seja inferior a 20.000,00 €.
5. As adjudicações efetuadas ao abrigo do artigo 128º do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro podem ser efetuadas sobre a fatura ou documento equivalente, quando o preço contratual não seja superior a 5.000 euros.
6. As despesas relativas a encargos de representação e a aquisição de bens para oferta que ultrapassem os 249,40 € mensais, despendidos de uma só vez ou fracionadamente carecem de autorização expressa do Presidente da Junta de Freguesia.

#### Artigo 14.º - Celebração e Formalização dos Contratos

1. Não há obrigatoriedade de celebração de contrato escrito nas seguintes condições:
- 1.1. Quando se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual não exceda € 10 000;
- 1.2. Quando se trate de locar ou de adquirir bens móveis ou de adquirir serviços ao abrigo de um contrato público de aprovisionamento;
- 1.3. Quando se trate de locar ou de adquirir bens móveis ou de adquirir serviços nos seguintes termos:
- 1.3.1. O fornecimento dos bens ou a prestação dos serviços deva ocorrer integralmente no prazo máximo de 20 dias a contar da data em que o adjudicatário comprove a prestação da caução ou, se esta não for exigida, da data da notificação da adjudicação;
- 1.3.2. A relação contratual se extinga com o fornecimento dos bens ou com a prestação dos serviços, sem prejuízo da manutenção de obrigações acessórias que tenham sido estabelecidas inequivocamente em favor da entidade adjudicante, tais como as de sigilo ou de garantia dos bens ou serviços adquiridos; e
- 1.3.3. O contrato não esteja sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas; ou
- 1.4. Quando se trate de contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito reduzida e cujo preço contratual não exceda € 15 000.
2. A redução do contrato a escrito pode ser dispensada pelo órgão competente para a decisão de contratar, mediante decisão fundamentada, quando:

- 2.1. A segurança pública interna ou externa o justifique;
  - 2.2. Seja adotado um concurso público urgente; ou
  - 2.3. Por motivos de urgência imperiosa resultante de acontecimentos imprevisíveis pela entidade adjudicante, seja necessário dar imediata execução ao contrato.
3. A competência para dispensa de contrato escrito na situação do número anterior, cabe à entidade competente para autorizar a despesa.

#### Artigo 15.º - Publicitação de Modificações ao Contrato

1. Os atos administrativos do contraente público ou os acordos entre as partes que impliquem quaisquer modificações objetivas do contrato e representem um valor acumulado superior a 15 % do preço contratual devem ser imediatamente publicitados, pelo contraente público, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, devendo a publicidade ser mantida até seis meses após a extinção do contrato.
2. A publicitação referida no número anterior é condição de eficácia dos atos administrativos ou acordos modificativos, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.

#### Artigo 16.º - Publicitação dos Ajustes Diretos e Consultas Prévias

1. A celebração de quaisquer contratos na sequência de ajuste direto ou consulta prévia deve ser publicitada, pela entidade adjudicante, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos.
2. A publicitação referida no número anterior é condição de eficácia do respetivo contrato, independentemente da sua redução ou não a escrito, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.

#### Artigo 17.º - Limitações à Contratação

1. Não podem ser convidadas a apresentar proposta empresas com as quais a autarquia já tenha celebrado, nesse ano económico ou nos dois anos económicos anteriores, contratos cujo objeto seja idêntico ou abranja prestações do mesmo tipo, e cujo preço contratual acumulado seja iguais ou superior aos limites da consulta prévia (€150.000,00 nas empreitadas de obras públicas; €75.000,00 nas

aquisições de bens e serviços) ou do ajuste direto (€30.000,00 nas empreitadas de obras públicas; €20.000,00 nas aquisições de bens e serviços).

2. Não podem ser convidadas entidades que tenham executado obras, fornecido bens móveis ou prestados serviços, a título gratuito, no ano económico em curso ou nos dois anos económicos anteriores.

#### Artigo 18.º - Conferência, Verificação e Registo da Despesa

A conferência, verificação e registo inerente à realização de despesas efetuadas, deverá obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis (e Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro) e às regras de instrução de processos sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, em particular pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

### Capítulo III

#### Disposições Finais

#### Artigo 19.º - Competências

Nos termos do disposto do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a junta de freguesia delega no seu presidente as competências para autorização de realização de despesas até ao limite de € 99.759,65.

#### Artigo 20.º - Assunção de Compromissos Plurianuais

1. Considerando que, conforme dispõe do artigo 12º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2. Face aos considerandos é dada autorização prévia e genérica, pela assembleia de freguesia, ao executivo para a assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes:

2.1. Resultem dos projetos ou ações constantes nas Grandes Opções do Plano;

2.2. Os seus encargos não excedam o limite de 9.999,99 € (nove mil, novecentos e noventa e nove euros e noventa e nove cêntimos);

2.3. Resultem de reprogramações financeiras de correntes de acordos de pagamentos, alterações ao cronograma físico de investimentos ou outros legalmente previstos;

2.4. Sejam despesas de funcionamento de caráter continuado e repetitivo, observando os limites impostos pelo regime da contratação pública, destacam-se nomeadamente as despesas com os acordos do IEF, com seguros, com encargos de instalações e com as telecomunicações.

3. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia de Freguesia deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.

#### Artigo 21.º - Fundos disponíveis – Utilização o saldo de gerência anterior

Considera-se autorizada a utilização do saldo das operações orçamentais transitado da gerência anterior, para efeitos de cálculo dos fundos disponíveis para o mês de janeiro, sendo esta utilização distinta da sua integração no orçamento, que ocorrerá nos termos da legislação em vigor.

#### Artigo 22.º - Autorizações assumidas

1. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com a regras e procedimentos previstos nas presentes normas e na legislação em:

- a) Vencimentos e salários;
- b) Subsídio familiar a crianças e jovens;
- c) Encargos de Saúde;
- d) Rendas, alugueres e outras avenças mensais;
- f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos dependentes;
- g) Água, energia elétrica, gás;
- h) Comunicações telefónicas e postais;
- i) Prémio de seguros;
- j) Obrigações resultantes de sentenças judiciais;
- k) Publicações obrigatórias na Imprensa Nacional;

- l) Encargos de instituições bancárias;
  - m) Encargos de empréstimos e locações;
  - n) Emolumentos;
2. Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades por Operações de Tesouraria.

#### Artigo 23.º - Dúvidas sobre a execução do orçamento

As dúvidas suscitadas na execução do orçamento e na aplicação do seu regulamento são esclarecidas por despacho do Presidente da Junta.

# I - AS OPÇÕES DO PLANO

## 1. Contexto Organizacional

### 1.1. Missão

A Freguesia é responsável pela gestão dos interesses da autarquia, no âmbito das competências que o quadro jurídico<sup>2</sup> em vigor lhe confere,

<sup>2</sup> Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro  
Artigo 16.º - Competências materiais

- ...
- f) Executar, por empreitada ou administração direta, as obras que constem das opções do plano e tenham dotação orçamental adequada nos instrumentos de gestão previsionais aprovados pela assembleia de freguesia;
  - g) Aprovar operações urbanísticas em imóveis integrados no domínio patrimonial privado da freguesia, após parecer prévio das entidades competentes;
  - h) Elaborar e submeter à aprovação da assembleia de freguesia os projetos de regulamentos externos da freguesia, bem como aprovar regulamentos internos;
  - i) Discutir e preparar com a câmara municipal contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei;
  - j) Submeter à assembleia de freguesia, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências e de acordos de execução, bem como da respetiva resolução e, no caso de contratos de delegação de competências, revogação;
  - k) Discutir e preparar com as organizações de moradores protocolos de delegação de tarefas administrativas que não envolvam o exercício de poderes de autoridade;
  - l) Submeter à assembleia de freguesia, para efeitos de autorização, propostas de celebração dos protocolos de delegação de tarefas administrativas previstos na alínea anterior;
  - m) Discutir e preparar com instituições públicas, particulares e cooperativas que desenvolvam a sua atividade na circunscrição territorial da freguesia protocolos de colaboração, designadamente quando os respetivos equipamentos sejam propriedade da freguesia e se salvguarde a sua utilização pela comunidade local;
  - n) Submeter à assembleia de freguesia, para efeitos de autorização, propostas de celebração dos protocolos de colaboração referidos na alínea anterior;
  - o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para a freguesia, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos;
  - p) Pronunciar-se sobre projetos de construção e de ocupação da via pública, sempre que tal lhe for requerido pela câmara municipal;
  - q) Participar, nos termos acordados com a câmara municipal, no processo de elaboração dos planos municipais de ordenamento do território;
  - r) Colaborar, nos termos acordados com a câmara municipal, na discussão pública dos planos municipais de ordenamento do território;
  - s) Facultar a consulta pelos interessados dos planos municipais de ordenamento do território;
  - t) Promover e executar projetos de intervenção comunitária nas áreas da ação social, cultura e desporto;
  - u) Participar, em colaboração com instituições particulares de solidariedade social, em programas e iniciativas de ação social;
  - v) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para a freguesia;
  - w) Emitir parecer sobre a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações;
  - x) Prestar a outras entidades públicas toda a colaboração que lhe for solicitada, designadamente nos domínios da estatística e outros do interesse da população da freguesia;
  - y) Colaborar com a autoridade municipal de proteção civil na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe;
  - z) Promover a conservação de abrigos de passageiros existentes na freguesia;
  - aa) Gerir, conservar e promover a limpeza de balneários, lavadouros e sanitários públicos;
  - bb) Gerir e manter parques infantis públicos e equipamentos desportivos de âmbito local;
  - cc) Conservar e promover a reparação de chafarizes e fontanários públicos;
  - dd) Colocar e manter as placas toponímicas;
  - ee) Conservar e reparar a sinalização vertical não iluminada instalada nas vias municipais;
  - ff) Proceder à manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais;
  - gg) Conceder terrenos, nos cemitérios propriedade da freguesia, para jazigos, mausoléus e sepulturas perpétuas;
  - hh) Gerir, conservar e promover a limpeza dos cemitérios propriedade da freguesia;
  - ii) Administrar e conservar o património da freguesia;
  - jj) Elaborar e manter atualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis propriedade da freguesia;
  - kk) Adquirir e alienar bens móveis;
  - ll) Declarar prescritos a favor da freguesia, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, bem como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade da freguesia, quando não sejam conhecidos os proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção de forma inequívoca e duradoura;
  - mm) Fornecer material de limpeza e de expediente às escolas do 1.º ciclo do ensino básico e aos estabelecimentos de educação pré-escolar;
  - nn) Proceder ao registo e ao licenciamento de caniços e gatifeiros;
  - oo) Proceder à administração ou à utilização de baldios sempre que não existam assembleias de compartes;
  - pp) Executar, no âmbito da comissão recenseadora, as operações de recenseamento eleitoral, bem como desempenhar as funções que lhe sejam determinadas pelas leis eleitorais e dos referendos;
  - qq) Lavrar termos de identidade e justificação administrativa;
  - rr) Passar atestados;
  - ss) Conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos de ações tutelares ou de auditorias levadas a efeito aos órgãos ou serviços da freguesia;
  - tt) Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição;
  - uu) Deliberar sobre a constituição e participação nas associações previstas no título V;
  - vv) Remeter ao Tribunal de Contas as contas da freguesia;
  - ww) Exercer os poderes funcionais e cumprir as diligências que lhe sejam determinadas pela assembleia de freguesia;

utilizando todos os recursos ao seu dispor para a valorização de todos os aspetos que contribuam para um desenvolvimento sustentado da Freguesia.

## 1.2. Visão

A Freguesia, tem como missão planear, definir e implementar estratégias e linhas orientadoras que promovam o desenvolvimento sustentável da freguesia nas áreas social, ambiental, educação, desporto e cultura bem como, promover a valorização e a coesão social em diálogo com as instituições, cidadãos e agentes do comércio local, através de uma e ciente, rigorosa e transparente gestão e afetação de recursos, de acordo com as melhores práticas de gestão autárquica.

## 1.3. Valores

Para prosseguir visão e missão definida, esta Freguesia pauta a sua ação pelo seguinte quadro de valores:

- Compromisso com o cidadão;
- Valorização da componente humana;
- Rigor, integridade e transparência;
- Responsabilidade social;
- Cidadania;
- Lealdade

## 1.4. Responsabilidade Social



A qualidade dos serviços públicos em matéria de responsabilidade social, assenta nas boas práticas que o organismo público apresenta quando desenvolve o seu trabalho social ao nível interno e externo. Uma organização é socialmente responsável quando tem em conta, nos seus próprios objetivos, o ambiente, a comunidade onde está inserida e o capital humano. Para tal esta Freguesia pauta a sua ação assente nos seguintes princípios:

- Cumprir a legislação e os regulamentos aplicáveis, assegurando sempre o respeito pelas convenções e declarações reconhecidas nacional e internacionalmente;
- Zelar pelo meio ambiente através de uma atuação responsável, privilegiando a prevenção da poluição e uma eficaz gestão dos recursos naturais;
- Atuar de forma transparente, adotando o princípio da precaução, reconhecendo o direito de todas as partes interessadas em serem ouvidas;
- Reconhecer os aspetos da responsabilidade social e integrar os mesmos no Sistema de Gestão e no processo de tomada de decisão;
- Assegurar a responsabilização pelas ações e omissões da organização e prestação de contas pela sua conduta face às legítimas preocupações das partes interessadas.

## 1.5. Objetivos

Desenvolver todos os esforços para concretizar as ações descritas nas Opções do Plano bem como no orçamento e no Plano Plurianual de Investimentos com as dotações financeiras atribuídas e as esperadas com o regular funcionamento da Freguesia.

Para o período temporal a que este plano corresponde, existe um conjunto articulado de objetivos, definidos para um horizonte móvel de quatro anos e que, portanto, ultrapassam o horizonte anualizado de 2022.

- Reforçar a crescente importância da freguesia no contexto do Concelho;
- Reforçar as condições de bem-estar social;
- Proporcionar melhor qualidade de vida aos cidadãos;
- Criar condições para o relançamento das atividades económicas;
- Promover o aumento do grau cultural;
- Dar a conhecer novas realidades à população.

### 1.6. Estratégias

Definido que está o quadro base, com a assunção da missão e objetivos, é possível estabelecer um conjunto de estratégias que suportem as ações a implementar durante os doze meses que se seguem, assumindo-se que algumas delas prosseguirão para além desse horizonte.

Estratégias a desenvolver:

- Manter e reforçar o contato com os organismos, entidades e todos os interessados no progresso da freguesia, de forma a suscitar plataformas de consenso alargadas e potenciar sinergias entre as entidades;
- Manter uma atuação constante de procura de novas parcerias, tendo em vista a maximização da garantia de apoios para a execução das atividades;
- Melhorar as acessibilidades e as mobilidades;
- Melhorar o ambiente através da execução de ações tipo como a melhoria da distribuição de água e da recolha dos resíduos sólidos,

a melhoria da limpeza dos espaços públicos, a continuação da intervenção na interceção das águas residuais;

- Modernização dos processos de gestão tendo em vista a melhoria dos serviços prestados.

## 2. Organização Administrativa & Recursos Humanos

A gestão de proximidade com a população será um princípio constante deste executivo. A Freguesia tem um papel na construção social e no diálogo com a comunidade, quer a nível do atendimento e horários, que com a disponibilidade e do regime de “porta aberta” para todos os que a procuram. Queremos privilegiar as relações institucionais, mobilizando os cidadãos em torno das necessidades locais fomentando a sua participação na vida pública.

Valorizar os recursos informáticos, técnicos e humanos capacitando os nossos colaboradores com mais formação, promovendo a qualificação, motivação e o nível de comprometimento, resultando numa adequada e mais eficiente organização administrativa.

Para o ano económico de 2022, encontra-se prevista a realização das seguintes ações:

- Formação contínua, procurando envolver todos os colaboradores, visando sobretudo o reforço das suas competências;
- Realização de reuniões periódicas com os colaboradores;
- Análise e tratamento das opiniões, sugestões e eventuais reclamações efetuadas pelos utentes;
- Promoção da Higiene e Segurança no Trabalho;
- Estreita colaboração com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), visando o acolhimento de desempregados,

proporcionando o exercício de funções adequadas às suas qualificações e uma experiência em contexto real de trabalho;

Dando cumprimento ao definido nos Art<sup>o</sup>.s 29<sup>a</sup>. e 31<sup>o</sup>. da Lei 35/2014, de 20 de junho e em alinhamento com as linhas estratégicas definidas para 2022, a autarquia elaborou o seu Mapa de Pessoal, tendo como objetivo prosseguir a adequação da estrutura organizacional às necessidades e dimensão dos serviços com vista a melhorar a organização e a gestão pública em ordem ao cumprimento da visão e missão da Junta de Freguesia.

O MAPA DE PESSOAL, constituído pelo ANEXO 1 que acompanha e faz parte integrante deste documento, reflete uma estrutura consistente e ponderada.

### 3. Áreas de Ação

#### 3.1. Educação e Juventude

Teremos a preocupação de, no início de cada ano letivo, reunir com todos os diretores dos estabelecimentos de ensino público situados na freguesia, com a finalidade de recolher a opinião dos responsáveis das Escolas. Em 2022, num estreito relacionamento Autarquia/Escolas, propomos:

- Acompanhamento e apoio à atividade educativa da Freguesia e dos seus projetos escolares;
- Apoio às Associações de Pais para concretização dos seus planos de atividades;
- Apoio às famílias através de programas para o apoio à frequência do Centros de Atividades e Tempos Livres para as crianças que frequentam o 1º ciclo;
- Continuação da execução de pequenas reparações nas escolas do 1º. Ciclo do Ensino Básico;
- Apoio à realização da Festa de Carnaval nas escolas do 1º ciclo;
- Comemoração do Dia da Criança;
- Apoio à realização da Festa de Natal nas escolas do 1º ciclo;
- Colaboração no desenvolvimento do Programa “Escola Segura”
- Reforço da estratégia e das políticas de juventude.

O Executivo procederá, no cumprimento das suas obrigações decorrentes da Lei e no âmbito das competências delegadas, ao apoio financeiro às escolas do 1º. Ciclo do Ensino Básico, destinado às despesas de funcionamento, nomeadamente no que se refere ao normal expediente, limpeza e higiene.

### 3.2. Ação Social

Queremos privilegiar, concertando ações e estratégias, a solidariedade, social ou institucional. Estaremos atentos aos problemas sociais da Freguesia e estaremos empenhados na resolução dos diversos problemas com que os cidadãos se possam deparar.

A Freguesia estará atenta às situações criadas com a prolongamento da situação pandémica Covid -19.

Para além disso é nossa pretensão desenvolver atividades e apoiar outras de carácter social levadas a cabo por entidades diversas, de acordo com as disponibilidades desta Junta de Freguesia.

Nesse sentido, no âmbito da ação social em 2022, centraremos a nossa missão nas seguintes ações:

- Implementação de um Programa de Apoio a Pessoas Idosas (PAPI);
- Criação e implementação de um espaço de voluntariado para apoio à população em parceria com as associações/instituições locais;
- Colaboração e criação de parcerias com as associações/instituições locais para a realização das suas atividades anuais;
- Fortalecimento da colaboração e da articulação entre as diversas entidades de intervenção social e parceiras ao nível do voluntariado desenvolvido com os grupos mais vulneráveis assim como com a população sénior;
- Reforço das relações com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS);
- Distribuição de cabazes de Natal às pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade.

### 3.3. Saúde

Para o ano 2022, pretendemos expandir as ações vocacionadas para a área da saúde, sendo o principal objetivo a promoção de comportamentos e hábitos saudáveis, designadamente através das seguintes iniciativas:

- Comemoração de Dias Mundiais (dia mundial da saúde, dia mundial da diabetes, dia mundial da alimentação, entre outros);
- Promoção do Projeto Freguesia com Saúde -com a realização de rastreios e ações de sensibilização e aconselhamento para uma vida saudável;
- Promoção de tertúlias subordinadas ao tema da saúde;
- Organização de Caminhadas temáticas, estimulando a mobilidade e o combate à obesidade e o sedentarismo.

### 3.4. Cultura

Pela relevante atividade que os agentes culturais existentes na nossa freguesia têm desenvolvido, considera-se do maior interesse que esta Junta continue a apoiar, sempre que solicitado e de acordo com as suas possibilidades, algumas das ações organizadas a efeito por associações/coletividades da freguesia. Quanto melhor forem os resultados alcançados, maior será a força cultural da nossa freguesia.

Neste contexto, JFF propõe apoiar as seguintes atividades:

- Festas de S. João 2022;
- Dinamização de agenda cultural e desportiva no pavilhão multiusos;

- Comemoração anual do aniversário da fundação da Freguesia de Febres;
- Elaboração de um roteiro cultural, em parceria com CMC e associações locais, para a Freguesia de Febres;
- Apoio à realização das festas em honra dos padroeiros dos vários locais da freguesia;
- Dinamização de espaço bibliotecário e de estudo na instalação da Casa Carlos de Oliveira;
- Realização de exposições, palestras e atividades culturais;
- Dinamização do Núcleo Museológico;
- Estabelecer parceria com o Museu da Arte e do Coleccionismo de Cantanhede;
- Apoio e contribuição da dinamização das atividades associativas, com acontecimentos como Pica no chão, “Piquenicação”, Caminhada Avós e Netos, Marchas Populares.

### 3.5. Desporto e Associativismo

Na área do Desporto, é nossa intenção cooperar e se possível aumentar o número de parcerias com Instituições, na formação desportiva.

Apoiar, sempre que possível, provas e iniciativas desportivas, bem como torneios promovidos por associações, coletividades, grupos de cidadãos e clubes da freguesia, que venham a revelar-se estratégicos para o desenvolvimento da cultura desportiva na nossa freguesia

Na área em apreço, pretendemos desenvolver as seguintes atividades:



- Estabelecer parceria com o Museu da Arte e do Coleccionismo de Cantanhede
- Promover, junto da CMC, o término das obras no interior do complexo bem como na zona envolvente
- Promover, junto da CMC, a aplicação do relvado sintético
- Promover junto da CMC a construção de um campo multiusos ao ar livre, para a prática de futebol 5, andebol, basquetebol e ténis.

### 3.6. Políticas de Informação e Proximidade

No que se refere às políticas de informação e de proximidade, a JFF pretende:

- Privilegiar as relações institucionais, mobilizando os cidadãos em torno das necessidades locais e fomentar a sua participação na vida pública;
- Valorizar a nossa freguesia, através de ações de dignificação, divulgação e promoção da sua identidade, da sua história;
- Dar continuidade e atenção às questões urbanísticas que envolvam a Freguesia;
- Colaborar com a Câmara Municipal do Porto de forma a defender e preservar o património histórico, cultural, arquitetónico e ambiental da Freguesia;
- Continuar a estar presente nas reuniões com o Executivo Camarário, no sentido de integrarem esforços para a resolução de alguns problemas que afetam a Freguesia;
- Promover a proximidade aos cidadãos e suas realidades;
- Elaboração de Plano de comunicação da Junta de Freguesia para manter os seus fregueses, regularmente informados sobre todas as atividades realizadas e a realizar.;

- Envolver a comunidade na construção do orçamento;
- Realizar as reuniões de Assembleia nas diferentes localidades da freguesia com transmissão online;
- Dinamização do Web site da JFF.

### 3.7. Ambiente

A sustentabilidade ambiental é um dos temas atuais de maior importância na vida de todos, zelando pela garantia de uma qualidade de vida cada vez maior.

Muitas vezes esta sustentabilidade é feita de atitudes e procedimentos simples e por isso vamos procurar, dentro das nossas possibilidades, desenvolver nas atividades e eventos uma política de boa gestão de recursos envolvidos. Procuraremos ao mesmo tempo informar e sensibilizar os nossos fregueses, fornecedores e colaboradores, para a necessidade de adotar comportamentos ambientalmente responsáveis.

No decurso de 2022, iremos promover as seguintes ações:

- Manutenção dos espaços verdes existentes na área da Freguesia;
- Sensibilização da população para a obrigatoriedade do licenciamento de canídeos, bem como a sua vacinação e a recolha de dejetos depositados na via pública;
- Promoção de ações no âmbito da educação ambiental - Dia Mundial do Ambiente (5 de junho), a celebrar em sintonia com as escolas;
- Apoio às iniciativas e campanhas de sensibilização levadas a cabo por associações e movimentos ambientalistas;
- Reforço ao nível da colocação de ecopontos na área da Freguesia;
- Solicitar o reforço e a otimização dos serviços de recolha de lixos;
- Requalificação e limpeza dos cursos de água naturais;

- Intervenção e manutenção nos caminhos rurais;
- Promoção de campanhas de sensibilização para limpeza florestal;
- Aderir ao projeto Eco Freguesias.

### 3.8. Património, Infraestruturas e Conservação dos Espaços Públicos

Durante o ano de 2022, reiteramos o nosso compromisso ao nível dos seguintes investimentos:

- Largo de Febres  
Estudo e remodelação do Largo de Febres  
Intervenção paisagística  
Instalação de micro rampas  
Requalificação de wc, garantido a acessibilidade e segurança dos utilizadores  
Construção de zona sobrelevada para a realização de espetáculos
- Mercado de Febres  
Beneficiação, manutenção e limpeza do mercado  
Novo sistema de resguardo contra intempéries na zona coberta do mercado
- Renovação e manutenção dos parques infantis existentes
- Intervenção nas lagoas da freguesia, com a construção de infraestruturas básicas: iluminação, wc, ecopontos e circuitos pedonais
- Requalificação manutenção de fontes e parques de merendas

- Continuidade das obras do Núcleo Museológico do Ourives Ambulante
- Construção de passeios em falta
- Colocação de passadeiras sobrelevadas para controlo de velocidade em zonas de risco
- Reforço da sinalização horizontal e vertical

### 3.9. Cemitério

Em relação ao Cemitério de Febres as ações a manter e a desenvolver neste âmbito serão as seguintes:

- Construção de columbários e ossários;
- Reforço da recolha seletiva de resíduos orgânicos, incentivando a separação sistemática de restos de flores, plásticos e velas;

### 3.10. Orçamento Colaborativo

O Orçamento Colaborativo é um mecanismo de democracia participada e participativa que permite aos cidadãos ter o poder de decisão direta sobre a utilização de dinheiros públicos na promoção das políticas públicas.

É, neste sentido, que implementar um Orçamento Colaborativo- de forma contributiva para o exercício de uma participação informada, responsável e ativa nos processos de governação e decisão.

## 4. DIREITO DE OPOSIÇÃO - Lei n.º 24/98

No cumprimento do estipulado no Estatuto do Direito de Oposição e tendo sido solicitada a colaboração de todos os grupos partidários, com assento na Assembleia de Freguesia, e aos que nos fizeram chegar as suas sugestões, agradecemos a colaboração e entendemos o quanto é importante continuarmos a partilhar a tarefa coletiva de edificação de uma Freguesia mais próspera, com mais qualidade de vida e mais solidária.

### 4.1. Sugestões do CHEGA

No âmbito do exercício do Direito de Oposição, o CHEGA vem propor para o Plano das Atividades de 2022, o seguinte:

Xxx

### 4.2. Sugestões do PS (Partido Socialista)

Quanto ao Plano de Atividades e Orçamento para 2022, o Partido Socialista apresenta as seguintes propostas:

Xxx

### 4.3. Sugestões do PSD (Partido Social Democrata)

De acordo com o estipulado na Lei n.º 24/98, de 26 de Maio – Estatuto do Direito de Oposição, Direito de Consulta Prévia, quanto ao Plano de Atividades e Orçamento para 2022, o Partido Social Democrata apresenta as seguintes propostas:

Xx

# II - ORÇAMENTO

As Opções do Plano e o Orçamento são dois importantes documentos de gestão contendo o quadro previsional, em função do qual a administração autárquica desenvolve a sua ação na prossecução dos interesses autárquicos. Constituem os instrumentos legais, com base nos quais, a freguesia, assegura a sua gestão, ao longo do ano. Assim, na elaboração das Opções do Plano e Orçamento, constitui primeira preocupação a priorização das necessidades, face aos meios financeiros disponíveis ou a obter.

## **1. Nota de Enquadramento**

No seguimento das propostas apresentadas para o quadriénio 2021/2025, terminamos o pretérito exercício com sentido do dever cumprido e conscientes de que ainda temos muito trabalho pela frente na prossecução de todos os objetivos a que nos propusemos. A presente proposta consubstancia um vasto conjunto de atividades e orientações a ser executadas pela Freguesia, na figura dos seus diversos serviços, durante o ano de 2022, tendo por fim último a melhoria das condições de vida de todos, a par de um desenvolvimento sustentável.

Os documentos previsionais para o exercício de 2022 consubstanciam, naquele contexto, uma vez mais, um rigoroso e prudente exercício de prospetiva e uma demonstração inequívoca, sustentada nos resultados alcançados em exercícios anteriores, da sustentabilidade orçamental e financeira. Este Executivo continua e alicerça neste exercício de 2022, uma vez mais, uma gestão rigorosa, económica, eficiente e eficaz, reconhecendo que a salvaguarda dos interesses próprios das populações, que legitimamente representa, só é possível se proporcional aos recursos disponíveis.



## 2. Enquadramento Macroeconómico

A Comissão Europeia (CE) estima que o crescimento da economia portuguesa suba para 4,5% este ano e 5,3% no próximo. Nas mesmas previsões, a Comissão Europeia espera que a taxa de desemprego nacional deverá descer dos 6,7% este ano para 6,5% em 2022 e 6,4% em 2023.

Contudo este cenário de recuperação económica, está ainda muito condicionado por um ambiente de incerteza anormalmente elevada. A economia no curto prazo dependerá da evolução da pandemia, das eventuais medidas necessárias para a contenção de novos surtos do vírus, da eficácia real das vacinas, da rapidez desse processo de vacinação da população mundial e acima de tudo da não existência de qualquer confinamento a partir do 2.º semestre de 2021.

A retoma da atividade económica no curto prazo assenta na dinâmica do consumo privado e das exportações. O consumo privado tenderá a refletir uma aceleração gradual até 2022, por força da realização do consumo adiado durante os períodos de confinamento, isto numa perspetiva que do lado da oferta não existirão restrições. Por outro lado, embora mais lentamente, estima-se que a recuperação das exportações continue a acompanhar a recuperação da procura externa, sendo que a procura pelos serviços associados ao turismo apenas será normalizada em 2023, ano em que as exportações totais em volume atingem o nível de 2019.

Segundo os dados do INE a taxa de inflação atingiu os 1,8% em outubro em Portugal. Em setembro tinha ficado nos 1,5%, na comparação homóloga. Só os produtos energéticos dispararam 13,3% em outubro, face à subida de 10,5% em setembro.

### 3. Orçamento SNC-AP

O novo normativo traz uma nova forma de contabilização referente a contabilização da receita e da despesa, consequência da nova Classe 0, assim como novas demonstrações e melhorias nas demonstrações e mapas existentes em comparação ao POCAL. O modelo de orçamento do SNC-AP, deixa de lado o foque na classificação económica e procura conjugar a parte da receita com a da despesa, oferecendo alguns indicadores orçamentais importantes como o Saldo Global, Corrente, de Capital e o Saldo Primário.

O Saldo global corresponde à diferença entre receita efetiva e despesa efetiva. O Saldo primário corresponde à diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva deduzida dos juros. O Saldo corrente corresponde à diferença entre receitas correntes e despesas correntes. O Saldo de capital corresponde à diferença entre receitas de capital e despesas de capital.

Pelo novo normativo este orçamento terá obrigatoriamente uma perspetiva de médio prazo. Os valores estimados nestas demonstrações para o médio prazo foram atualizados em 1,8%, mesmo considerando o aumento generalizado de preços que se está a verificar, mas tendo em atenção que a política de estabilidade de preços imposta pela União europeia não permite que a taxa de inflação ultrapasse os 2 pontos percentuais.

Rubrica	Designação	Orçamento 2022		
		Períodos anteriores	Período	Soma
	<b>Receta corrente</b>	0,00 €	219.002,06 €	219.002,06 €
R1	Receta fiscal	0,00 €	6.944,00 €	6.944,00 €
<b>R1.1</b>	<b>Impostos diretos</b>	<b>0,00 €</b>	<b>6.944,00 €</b>	<b>6.944,00 €</b>
R1.2	Impostos indiretos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>R3</b>	<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>0,00 €</b>	<b>43.204,00 €</b>	<b>43.204,00 €</b>
<b>R4</b>	<b>Rendimentos de propriedade</b>	<b>0,00 €</b>	<b>50,00 €</b>	<b>50,00 €</b>
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00 €	160.945,06 €	160.945,06 €
R5.1	Transferências correntes	0,00 €	160.945,06 €	160.945,06 €
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	160.925,06 €	160.925,06 €
<b>R5.1.1.1</b>	<b>Administração Central - Estado</b>	<b>0,00 €</b>	<b>109.310,44 €</b>	<b>109.310,44 €</b>
<b>R5.1.1.2</b>	<b>Administração Central - Outras entidades</b>	<b>0,00 €</b>	<b>12.637,73 €</b>	<b>12.637,73 €</b>
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>R5.1.1.5</b>	<b>Administração Local</b>	<b>0,00 €</b>	<b>38.976,89 €</b>	<b>38.976,89 €</b>
R5.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>R5.1.3</b>	<b>Outras</b>	<b>0,00 €</b>	<b>20,00 €</b>	<b>20,00 €</b>
R5.2	Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>R6</b>	<b>Venda de bens e serviços</b>	<b>0,00 €</b>	<b>7.849,00 €</b>	<b>7.849,00 €</b>
<b>R7</b>	<b>Outras receitas correntes</b>	<b>0,00 €</b>	<b>10,00 €</b>	<b>10,00 €</b>
	<b>Receta de capital</b>	<b>0,00 €</b>	<b>279.596,84 €</b>	<b>279.596,84 €</b>
<b>R8</b>	<b>Venda de bens de investimento</b>	<b>0,00 €</b>	<b>20.378,00 €</b>	<b>20.378,00 €</b>
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00 €	259.218,84 €	259.218,84 €
R9.1	Transferências de capital	0,00 €	259.218,84 €	259.218,84 €
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	259.218,84 €	259.218,84 €
<b>R9.1.1.1</b>	<b>Administração Central - Estado</b>	<b>0,00 €</b>	<b>10,00 €</b>	<b>10,00 €</b>
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>R9.1.1.5</b>	<b>Administração Local</b>	<b>0,00 €</b>	<b>259.208,84 €</b>	<b>259.208,84 €</b>
R9.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.3	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R10	Outras receitas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	<b>Receta efetiva [1]</b>	<b>0,00 €</b>	<b>498.598,90 €</b>	<b>498.598,90 €</b>
	<b>Receta não efetiva [2]</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
R12	Receta com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R13	Receta com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	<b>Receta total [3]=[1]+[2]</b>	<b>0,00 €</b>	<b>498.598,90 €</b>	<b>498.598,90 €</b>

Q.01 -Orçamento SNC-AP (Receita)

Rubrica	Designação	Orçamento 2022		
		Períodos anteriores	Período	Soma
	<b>Despesa Corrente</b>	<b>0,00 €</b>	<b>194.322,98 €</b>	<b>194.322,98 €</b>
D1	Despesas com o pessoal	0,00 €	89.101,82 €	89.101,82 €
<b>D1.1</b>	<b>Remunerações Certas e Permanentes</b>	<b>0,00 €</b>	<b>66.999,82 €</b>	<b>66.999,82 €</b>
<b>D1.2</b>	<b>Abonos Variáveis ou Eventuais</b>	<b>0,00 €</b>	<b>4.450,00 €</b>	<b>4.450,00 €</b>
<b>D1.3</b>	<b>Segurança social</b>	<b>0,00 €</b>	<b>17.652,00 €</b>	<b>17.652,00 €</b>
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00 €	64.643,38 €	64.643,38 €
D3	Juros e outros encargos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00 €	38.067,78 €	38.067,78 €
D4.1	Transferências correntes	0,00 €	12.500,00 €	12.500,00 €
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>D4.1.2</b>	<b>Entidades do setor não lucrativo</b>	<b>0,00 €</b>	<b>12.500,00 €</b>	<b>12.500,00 €</b>
D4.1.3	Famílias	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.2	Subsídios correntes	0,00 €	25.567,78 €	25.567,78 €
<b>D4.2</b>	<b>Outras despesas correntes</b>	<b>0,00 €</b>	<b>2.510,00 €</b>	<b>2.510,00 €</b>
D5	Despesa de capital	0,00 €	304.275,92 €	304.275,92 €
<b>D6</b>	<b>Aquisição de bens de capital</b>	<b>0,00 €</b>	<b>304.275,92 €</b>	<b>304.275,92 €</b>
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1	Transferências de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.3	Famílias	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D8	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	<b>Despesa efetiva [4]</b>	<b>0,00 €</b>	<b>498.598,90 €</b>	<b>498.598,90 €</b>
	<b>Despesa não efetiva [5]</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	<b>Despesa total [6]=[4]+[5]</b>	<b>0,00 €</b>	<b>498.598,90 €</b>	<b>498.598,90 €</b>
	<b>Saldo total [3] - [6]</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
	<b>Saldo global [1] - [4]</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
	Despesa primária	0,00 €	498.598,90 €	498.598,90 €
	Saldo corrente	0,00 €	24.679,08 €	24.679,08 €
	Saldo de capital	0,00 €	-24.679,08 €	-24.679,08 €
	Saldo primário	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Q.02 -Orçamento SNC-AP (Despesa)

A criação de rubricas nas demonstrações orçamentais permite normalizar a estrutura destes elementos de relato à semelhança das demonstrações financeiras, deixando assim de se apresentar a execução orçamental em toda a extensão dos classificadores orçamentais utilizados pelas entidades.

Estas novas demonstrações não são apresentadas ao nível do detalhe do classificador económico da receita e da despesa, existe, contudo, uma correspondência entre os códigos da classificação económica da receita e da despesa, previstos no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, e as rubricas das demonstrações orçamentais.

Sendo a finalidade de uma demonstração previsional indicar de que modo e em que montante se prevê arrecadar recursos e quais os fins previstos para a sua utilização, a informação assim apresentada não nos parece suficiente pelo que vamos procurar desdobrar esta informação nos capítulos subsequentes.

#### **4. Recursos Financeiros**

Os dados orçamentais de 2020, a atividade desenvolvida durante o ano de 2021, ambos pautados pelo rigor e controle na conjugação dos fluxos financeiros de entrada (recebimentos / receitas) e de saída (compromissos assumidos / pagamentos / despesa), constituíram, nesta fase de preparação e apreciação das Opções do Plano e Orçamento elemento importante na perspetivação das previsões para o ano de 2022.

Em termos globais o orçamento apresenta um decréscimo de 16,81% face ao orçamento inicial de 2021, no montante de 100.754,03 euros.

	2022	%	2021	%	Variação	%
Receitas Correntes	219 002,06 €	43,92%	196 822,93 €	32,84%	22 179,13 €	
Receitas de Capital	279 596,84 €	56,08%	402 530,00 €	67,16%	- 122 933,16 €	
	<b>498 598,90 €</b>		<b>599 352,93 €</b>		<b>- 100 754,03 €</b>	<b>-16,81%</b>

Q.03 -Orçamento Receitas 2022 vs 2021

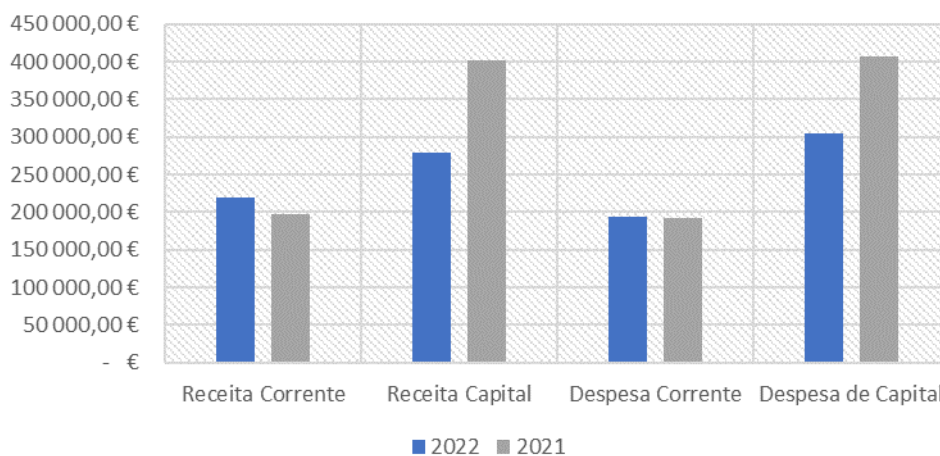
	2022	%	2021	%	Variação	%
Despesas Correntes	194 322,98 €	38,97%	191 822,93 €	32,01%	2 500,05 €	
Despesas de Capital	304 275,92 €	61,03%	407 530,00 €	67,99%	- 103 254,08 €	
	<b>498 598,90 €</b>		<b>599 352,93 €</b>		<b>- 100 754,03 €</b>	<b>-16,81%</b>

Q.04 -Orçamento Despesas 2022 vs 2021

A previsão de receitas e de despesas para o próximo ano é de 498.598,90 euros. A receita corrente atingirá um montante de 219.002,06 euros e suportará uma despesa corrente de 194.322,98 euros. A despesa de capital ascenderá a 304.275,92 euros, sendo que a receita de capital ficará pelos 279.596,84 euros.

Em termos relativos verifica-se neste orçamento que a receita corrente representa 43,92% da receita total. Na componente da despesa o peso relativo das despesas correntes fixa-se nos 38,97% da despesa total.

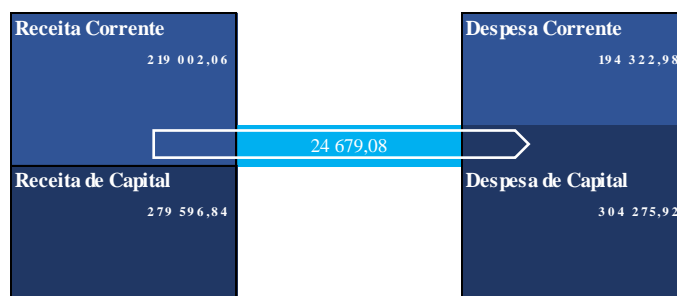
F.01 - Evolução das Receitas e das Despesas



Receitas	Valor	Despesa	Valor
<b>Receitas Correntes</b>	<b>219 002,06 €</b>	<b>Despesas Correntes</b>	<b>194 322,98 €</b>
Impostos directos	6 944,00 €	Despesas com o pessoal	89 101,82 €
Impostos indirectos	- €	Aquisição de bens e serviços	64 643,38 €
Taxas, multas e outras penalidades	43 204,00 €	Juros e outros encargos	- €
Rendimentos da propriedade	50,00 €	Transferências correntes	12 500,00 €
Transferências correntes	160 945,06 €	Subsídios	25 567,78 €
Venda de bens e serviços correntes	7 849,00 €	Outras despesas correntes	2 510,00 €
Outras receitas correntes	10,00 €		
<b>Receitas de Capital</b>	<b>279 596,84 €</b>	<b>Despesas de Capital</b>	<b>304 275,92 €</b>
Venda de bens de investimento	20 378,00 €	Aquisição de bens de capital	304 275,92 €
Transferências de capital	259 218,84 €	Transferências de capital	- €
Ativos financeiros	- €	Activos financeiros	- €
Passivos financeiros	- €	Passivos financeiros	- €
Outras receitas de capital	- €	Outras despesas de capital	- €
<b>Total</b>	<b>498 598,90 €</b>	<b>Total</b>	<b>498 598,90 €</b>

Q.05 - Orçamento por classificação económica

A análise da evolução das diferentes componentes da receita e da despesa acima discriminadas será aprofundada em capítulos subsequentes.



Q.06 - Poupança Corrente

O saldo corrente regista um superavit de 24.679,08 euros, o qual financiará no mesmo valor as despesas de capital

Rádios	2022	2021
<b>Rádios da Receita</b>		
Impostos / Total das receitas	1,39%	1,44%
Taxas / Total das receitas	8,67%	7,72%
Transferências / Total receitas	84,27%	86,28%
Venda de bens / Total das receitas	5,66%	4,54%
<b>Rádios da Despesa</b>		
Despesa Pessoal / Total da despesa	17,87%	12,56%
Bens e Serviços / Total da despesa	12,97%	12,06%
Transferências / Total da despesa	2,51%	2,09%
Investimento / Total despesa	61,03%	67,99%

Q.07 – Rádios Orçamentais

Numa perspectiva dinâmica e mais abrangente, e com suporte nas dotações previstas para 2022, verifica-se um aumento do peso das taxas sobre o total das receitas.

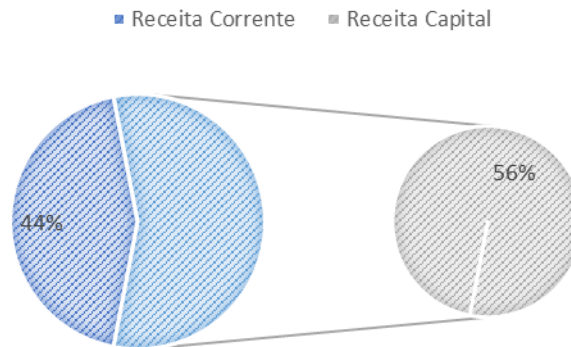
## 5. Previsão das Receitas

Da receita total, prevê-se que 219 mil de euros tenham origem em receitas correntes (43,92%) e 279 mil de euros em receitas de capital (56,08%).

	2022	%	2021	%	Varição
<b>Receitas Correntes</b>	<b>219 002,06 €</b>	<b>43,92%</b>	<b>196 822,93 €</b>	<b>32,84%</b>	<b>22 179,13 €</b>
Impostos directos	6 944,00 €	3,17%	8 643,20 €	4,39%	- 1 699,20 €
Impostos indirectos	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
Taxas, multas e outras penalidades	43 204,00 €	19,73%	46 300,00 €	23,52%	- 3 096,00 €
Rendimentos da propriedade	50,00 €	0,02%	50,00 €	0,03%	- €
Transferências correntes	160 945,06 €	73,49%	129 589,73 €	65,84%	31 355,33 €
Venda de bens e serviços correntes	7 849,00 €	3,58%	12 230,00 €	6,21%	- 4 381,00 €
Outras receitas correntes	10,00 €	0,00%	10,00 €	0,01%	- €
<b>Receitas de Capital</b>	<b>279 596,84 €</b>	<b>56,08%</b>	<b>402 530,00 €</b>	<b>67,16%</b>	<b>- 122 933,16 €</b>
Venda de bens de investimento	20 378,00 €	7,29%	15 010,00 €	3,73%	5 368,00 €
Transferências de capital	259 218,84 €	92,71%	387 520,00 €	96,27%	- 128 301,16 €
Activos financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
Passivos financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
Outras receitas de capital	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
	<b>498 598,90 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>599 352,93 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>- 100 754,03 €</b>

Q.08 – Orçamento da Receita por classificação económica

## F.02 ESTRUTURA DA RECEITA



### 5.1. Receitas Correntes

Ao nível das receitas correntes, os grandes capítulos e as principais fontes de financiamento são as seguintes:

01.	Impostos diretos	Montante	6 944,00 €
	SNC-AP Rúbrica R1		

Neste capítulo serão contabilizados os impostos diretos estabelecidos na Lei das Finanças Locais para as Freguesias, designadamente o imposto municipal sobre imóveis sobre os prédios rústicos e 1% do imposto municipal sobre imóveis sobre os prédios urbanos.

FREGUESIA DE FEBRES						ORÇAMENTO 2022	
C. Económica					Designação	Valor (em euros)	
A	S	R	A	S			
<b>RECEITAS CORRENTES</b>						<b>219 002,06</b>	
<b>01</b>					<b>Impostos directos</b>		<b>6 944,00</b>
01	02				Outros		
01	02	02			Imposto municipal sobre imóveis	6 944,00	

04.	Taxas, multas e outras penalidades	Montante	43 204,00 €
	SNC-AP Rúbrica R3		



Neste capítulo serão contabilizadas as taxas específicas das autarquias locais, nomeadamente as taxas relativas ao registo e licenciamento de caniços e aos atestados.

No grupo das 04.01 - Taxas inclui-se os pagamentos dos particulares em contrapartidas da emissão de licenças e da prestação de serviços. Neste grupo das taxas só constituem receita das autarquias locais as verbas a inscrever na conta 04.01.23. Taxas específicas das autarquias locais.

Com efeito, de acordo com as notas explicativas do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, a classificação 04.01.23 – Taxas específicas das autarquias locais deve ser utilizada para o registo das receitas provenientes da cobrança de taxas municipais estabelecidas na Lei das Finanças Locais, as quais devem ser individualizadas por tipologia de taxa. Assim, o registo das taxas, independentemente de serem cobradas a pessoas coletivas ou particulares, deve ocorrer no capítulo 04 – Taxas, multas e outras penalidades, e não no capítulo 02 – Impostos indiretos.

De forma a uniformizar a classificação das taxas cobradas pelas autarquias, e tendo em conta as desagregações existentes no classificador económico previsto no POCAL e a desagregação do Plano de Contas Central da UniLEO, em SNC-AP, apresenta-se no quadro seguinte a nova desagregação do grupo 04.01 – Taxas do capítulo 04 – Taxas, multas e outras penalidades, a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2020.

Classificação Económica	Descrição
04	Taxas, multas e outras penalidades:
04.01	Taxas
04.01.23	Taxas específicas das autarquias locais
04.01.23.01	Mercados e feiras
04.01.23.04	Animais
04.01.23.99	Outras taxas específicas das autarquias locais
04.01.23.99.02	Taxa pela emissão do certificado de registo
04.01.23.99.06	Publicidade
04.01.23.99.09	Cemitérios
04.01.23.99.99	Outras

No grupo das 04.02 - Multas e outras penalidades engloba-se as receitas provenientes da aplicação de multas pela transgressão da lei e de regulamentos.

FREGUESIA DE FEBRES						ORÇAMENTO 2022	
C. Económica					Designação	Valor (em euros)	
A	S	R	A	S			
<b>RECEITAS CORRENTES</b>						<b>219 002,06</b>	
<b>04</b>					<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>		<b>43 204,00</b>
04	01				Taxas		
04	01	23			Taxas específicas das autarquias locais		
04	01	23	01		Mercados e feiras	41 000,00	
04	01	23	04		Animais	800,00	
04	01	23	99		Outras taxas específicas das autarquias locais		
04	01	23	99	99	Outras	1 404,00	

05.	Rendimentos de propriedade SNC-AP Rúbrica R4	Montante	50,00 €
-----	---	----------	---------

Neste capítulo serão contabilizadas as receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e rendas de ativos não produtivos, nomeadamente terrenos, edifícios e outros ativos incorpóreos.

FREGUESIA DE FEBRES						ORÇAMENTO 2022	
C. Económica					Designação	Valor (em euros)	
A	S	R	A	S			
<b>RECEITAS CORRENTES</b>						<b>219 002,06</b>	
<b>05</b>					<b>Rendimentos da propriedade</b>		<b>50,00</b>
05	02				Juros - Sociedades financeiras		
05	02	01			Bancos e outras instituições financeiras	50,00	

06.	Transferências correntes SNC-AP Rúbrica R5	Montante	160 945,06 €
-----	---	----------	--------------

Este capítulo contabiliza os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação preestabelecida.

A rubrica 06.03.01.04 contempla a verba relativa ao Fundo Financiamento das Freguesias prevista em Orçamento de Estado.

A rubrica 06.03.01.05 engloba a verba respeitante às transferências da DGAL para comparticipar os encargos previstos no art. 38.º, n.º 8 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e de acordo com a Lei n.º 11/96, de 18 de abril.

A rubrica 06.03.01.06 engloba a verba relativa à transferência de Competências prevista na Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto.

A rubrica 06.05.01 compreende as receitas provenientes do Município, em especial as previstas na delegação de competências e nos acordos de execução.

FREGUESIA DE FEBRES					ORÇAMENTO 2022	
C. Económica					Designação	Valor (em euros)
A	S	R	A	S		
<b>RECEITAS CORRENTES</b>					<b>219 002,06</b>	
<b>06</b>					<b>Transferências correntes</b>	<b>160 945,06</b>
06	03				Administração central	
06	03	01			Estado	
06	03	01	04		Fundo de Financiamento das Freguesias	61 369,00
06	03	01	05		Artigo 38.º, n.º 8 da Lei 73/2013	15 669,00
06	03	01	06		Transferência de Competências	24 972,00
06	03	01	07		Transferência Eleitos Locais	7 300,44
06	03	09			Serviços e fundos autónomos - Subsistema de protecção à família e políticas activas de emprego e formação profissional	12 637,73
06	05				Administração Local	
06	05	01			Continente	
06	05	01	01		Municípios	
06	05	01	01	01	Acordo Execução Delegação de Competências	10,00
06	05	01	01	02	Contrato Inter-Administrativo	28 846,89
06	05	01	01	03	Mesas de Voto	750,00
06	05	01	01	04	Escolas	1 600,00
06	05	01	01	05	Protocolo "Museu Carlos Oliveira"	6 420,00
06	05	01	01	09	Outros Apoios	1 350,00
06	07				Instituições sem fins lucrativos	
06	07	01			Instituições sem fins lucrativos	10,00
06	08				Famílias	
06	08	01			Famílias	10,00

07.	Venda de bens e serviços correntes	Montante	7 849,00 €
	SNC-AP Rúbrica R6		

Neste Capítulo incluem-se, na generalidade, as receitas quer com o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda com os recebimentos de prestação de serviços. Às receitas enquadráveis neste capítulo estão subjacentes preços que correspondem a valores sensivelmente idênticos aos custos de produção dos bens ou serviços vendidos. Este capítulo desagrega-se por norma em três grupos:

07.01 – «Venda de bens» - engloba as receitas da venda de produtos relacionados com a atividade de forma direta ou indireta;

07.02 – «Serviços» - engloba as receitas resultantes da utilização de espaços e da prestação de serviços específicos das autarquias;

07.03 – «Rendas» - abrange as receitas provenientes do arrendamento de casas ou outros edifícios.

FREGUESIA DE FEBRES

FREGUESIA DE FEBRES						ORÇAMENTO 2022	
C. Económica					Designação	Valor (em euros)	
A	S	R	A	S			
<b>RECEITAS CORRENTES</b>						<b>219 002,06</b>	
<b>07</b>					<b>Venda de bens e serviços correntes</b>		<b>7 849,00</b>
07	02				Serviços		
07	02	01			Aluguer de espaços e equipamentos	500,00	
07	02	09			Serviços específicos das autarquias		
07	02	09	05		Cemitérios	7 119,00	
07	03				Rendas		
07	03	01			Habitacões	230,00	

08.	Outras Receitas Correntes	Montante	10,00 €
	SNC-AP Rúbrica R7		

Inclui as receitas não tipificadas nos capítulos anteriores da receita corrente.

Compreende as receitas cobradas e que não estão tipificadas em artigo próprio deste grupo, como sejam as resultantes das indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais, a indemnização de estragos provocados por outrém em viaturas ou em quaisquer outros equipamentos pertencentes às entidades e as recuperações de IVA.

FREGUESIA DE FEBRES						ORÇAMENTO 2022	
C. Económica					Designação	Valor (em euros)	
A	S	R	A	S			
<b>RECEITAS CORRENTES</b>						<b>219 002,06</b>	
<b>08</b>					<b>Outras receitas correntes</b>		<b>10,00</b>
08	01				Outras		
08	01	99			Outras		
08	01	99	99		Diversas	10,00	

## 5.2. Receitas de Capital

Ao nível das receitas de capital, os grandes capítulos e as principais fontes de financiamento são esquematicamente as seguintes:

09.	Venda de bens de investimento SNC-AP Rúbrica R8	Montante	20 378,00 €
-----	--	----------	-------------

Compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que na aquisição ou construção tenham sido contabilizados como investimento. Consideram-se neste capítulo as vendas de bens de capital em qualquer estado, inclusive os que tenham ultrapassado o período máximo de vida útil. Este capítulo desagrega-se normalmente em quatro grupos:

09.01 – «Terrenos»;

Engloba as receitas provenientes da alienação de terrenos, de harmonia com a legislação em vigor. Abrangem ainda as receitas resultantes da alienação, em hasta pública, nos termos da lei, dos terrenos que se encontrem em situação de alienação legalmente permitida. Este grupo deverá ser desagregado por sectores institucionais.

09.02 – «Habitações»;

Incluem-se as receitas oriundas da alienação de imóveis destinados a habitações. Abrangem ainda as receitas resultantes da alienação, em hasta pública, nos termos da lei, das habitações que se encontrem em situação de alienação legalmente permitida. Este grupo deverá ser desagregado por sectores institucionais.

09.03 – «Edifícios»;

Abrange o produto da alienação de edifícios construídos ou adquiridos para fins diferentes dos da habitação, tais como instalação de serviços, escolas, creches, pavilhões desportivos, bibliotecas, armazéns e garagens. Abrangem ainda as receitas resultantes da alienação, em hasta pública, nos termos da lei, dos edifícios que se encontrem em situação de alienação legalmente permitida. Este grupo deverá ser desagregado por sectores institucionais.

09.04 – «Outros bens de investimento».

Englobam-se as receitas provenientes da alienação de construções diversas, melhoramentos fundiários, material de transporte, maquinaria e equipamento, animais, investimentos incorpóreos, etc. Inclui-se também o produto da alienação de viaturas automóveis dadas como incapazes. Abrangem ainda as receitas resultantes da alienação de bens de investimento não classificáveis nos grupos anteriores deste capítulo, como por exemplo, os barcos e tratores de estrada, incluindo as alienações em hasta pública. Este grupo deverá ser desagregado por sectores institucionais.

FREGUESIA DE FEBRES					ORÇAMENTO 2022	
C. Económica					Designação	Valor (em euros)
A	S	R	A	S		
<b>RECEITAS CAPITAL</b>					<b>279 596,84</b>	
<b>09</b>					<b>Venda de bens de investimento</b>	<b>20 378,00</b>
09	01				Terrenos	
09	01	06			Administração Pública - Administração local - Continente	20 368,00
09	02				Habitação	
09	02	06			Administração Pública - Administração local - Continente	10,00

10.	Transferências de Capital	Montante	259 218,84 €
	SNC-AP Rúbrica R9		

Entende-se por transferências de capital os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

FREGUESIA DE FEBRES					ORÇAMENTO 2022	
C. Económica					Designação	Valor (em euros)
A	S	R	A	S		
<b>RECEITAS CAPITAL</b>					<b>279 596,84</b>	
<b>10</b>					<b>Transferências de capital</b>	<b>259 218,84</b>
10	03				Administração central	
10	03	01			Estado	
10	03	01	04		Cooperação Técnica e Financeira	10,00
10	05				Administração Local	
10	05	01			Continente	
10	05	01	01		Municípios	
10	05	01	01	01	Contrato Inter-Administrativo	10,00
10	05	01	01	02	Acordo de Execução Delegação de Competências	52 912,92
10	05	01	01	05	Acordo de Execução "Museu do Ouro e da Relojoaria"	198 475,92
10	05	01	01	06	Acordo de Execução "Requalificação do Mercado"	
10	05	01	01	09	Outros Acordos de Execução	7 810,00

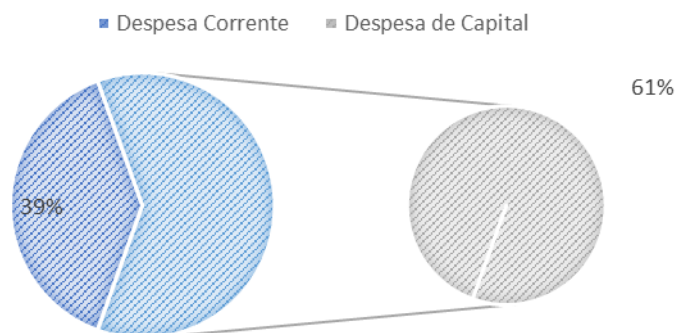
## 6. Previsão das Despesas

Da despesa total, prevê-se que 194 mil de euros sejam afetados em despesa corrente (38,97%) e 304 mil de euros em despesa de capital (61,03%).

	2022	%	2021	%	Varição
<b>Despesas Correntes</b>	<b>194 322,98 €</b>	<b>38,97%</b>	<b>191 822,93 €</b>	<b>32,01%</b>	<b>2 500,05 €</b>
Despesas com o pessoal	89 101,82 €	45,85%	75 296,51 €	39,25%	13 805,31 €
Aquisição de bens e serviços	64 643,38 €	33,27%	72 293,62 €	37,69%	- 7 650,24 €
Juros e outros encargos	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
Transferências correntes	12 500,00 €	6,43%	12 500,00 €	6,52%	- €
Subsídios	25 567,78 €	13,16%	27 722,80 €	14,45%	- 2 155,01 €
<b>Despesas de Capital</b>	<b>304 275,92 €</b>	<b>61,03%</b>	<b>407 530,00 €</b>	<b>67,99%</b>	<b>- 103 254,08 €</b>
Aquisição de bens de capital	304 275,92 €	100,00%	407 530,00 €	100,00%	- 103 254,08 €
Transferências de capital	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
Activos financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
Passivos financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
Outras despesas de capital	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
	<b>498 598,90 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>599 352,93 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>- 100 754,03 €</b>

Q.09 - Orçamento da Receita por classificação económica

### F.03 ESTRUTURA DA DESPESA



#### 6.1. Despesas Correntes

As despesas correntes apresentam o seguinte desdobramento:

01	Pessoal	Montante	89 101,82 €
	SNC-AP Rúbrica D1		

Neste capítulo devem considerar-se todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela autarquia local, tanto aos seus funcionários e agentes como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem, contudo, serviço à autarquia nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou de avença.

01.01.01. Remunerações certas e permanentes – Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos. Consideram-se as remunerações legalmente aprovadas para os membros dos órgãos autárquicos. Nesta rúbrica estão ainda a ser contabilizados o meio tempo do presidente.

01.01.03. Remunerações certas e permanentes – Pessoal dos quadros – Regime de função pública

Consideram-se os vencimentos dos funcionários e agentes que fazem parte dos quadros legalmente aprovados e que estejam em serviço efetivo.

01.01.04. Remunerações certas e permanentes – Pessoal dos quadros – Regime de contrato individual de trabalho

Consideram-se as remunerações do pessoal abrangido pelo contrato individual de trabalho.

01.01.07. Remunerações certas e permanentes – Pessoal em regime de tarefa ou de avença

Consideram-se, rigorosa e limitativamente, apenas, os indivíduos que se encontrem abrangidos pelos contratos de tarefa ou pelos contratos de avença, celebrados nos termos da legislação em vigor.

01.01.09 – Pessoal em qualquer outra situação

Atribui-se-lhe, em relação às rubricas de pessoal atrás caracterizadas, uma natureza residual.

01.03.02. Segurança social – Outros encargos com a saúde

Engloba as despesas com as aquisições de outros bens e serviços de saúde que assumam a forma de compensação financeira, correspondentes a reembolsos a funcionários e agentes das autarquias locais.

01.03.05. Segurança social – Contribuições para a segurança social

Engloba as despesas com o pagamento pela autarquia local, como entidade patronal, de quotas ou contribuições para organismos dependentes da segurança social, para a ADSE e para a Caixa Geral de Aposentações.

01.03.10. Segurança social – Outras despesas de segurança social

Engloba as despesas relativas à comparticipação à segurança social na qualidade de entidade contratante.



FREGUESIA DE FEBRES						ORÇAMENTO 2021
C. Económica						Valor (em euros)
A	S	R	A	S	Designação	
<b>DESPEZA CORRENTES</b>						<b>194 322,98</b>
<b>01</b>					<b>Despesas com o Pessoal</b>	<b>89 101,82</b>
01	01				Remunerações certas e permanentes	
01	01	01			Titulares de órgãos de soberania e membros órgãos autárquicos	14 482,78
01	01	04			Pessoal dos quadros - Regime de função pública	
01	01	04	01		Pessoal em funções	36 100,08
01	01	06			Pessoal contratado a termo	
01	01	07			Pessoal em regime de tarefa ou avença	2 400,00
01	01	09			Pessoal em qualquer outra situação	
01	01	12			Suplementos e Prémios	3 592,80
01	01	13			Subsidio de refeição	4 407,48
01	01	14			Subsídio de férias e de Natal	6 016,68
01	02				Abonos variáveis ou eventuais	
01	02	02			Horas extraordinárias	2 800,00
01	02	13			Outros suplementos e prémios	
01	02	13	03		Senhas de presença (Mesas de Voto)	1 650,00
01	03				Segurança social	
01	03	01			Encargos com a saúde	1 296,80
01	03	05			Contribuições para a segurança social	
01	03	05	01		Assistência na doença dos funcionários públicos	1 274,34
01	03	05	02		Segurança social dos funcionários públicos	
01	03	05	02		Segurança social dos funcionários públicos	
01	03	05	02	02	Segurança social - Regime geral	13 621,33
01	03	09			Seguros	
01	03	09	01		Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1 219,53
01	03	10			Outras despesas de segurança social	
01	03	10	99		Outras despesas de segurança social	240,00

02	Aquisição de bens e serviços correntes	Montante	64 643,38 €
	SNC-AP Rúbrica D2		

Neste capítulo incluem-se, de um modo geral, as despesas quer com bens de consumo a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital quer, ainda com a aquisição de serviços.

#### 02.01. Aquisição de bens

Devem classificar-se neste agrupamento os bens que, em regra, tenham, pelo menos, um ano de duração, devendo por isso ser inventariáveis e que, por não contribuírem para a formação de capital fixo, não são caracterizáveis como bens de capital (investimento). Incluem-se, igualmente, os bens que são correntemente consumidos na produção ou com uma presumível duração útil não superior a um ano, não sendo, por isso, inventariáveis.

##### 02.01.15. Aquisição de bens – Prémios, condecorações e ofertas

Consideram-se as despesas referentes a bens destinados a prémios, condecorações e ofertas.

##### 02.01.19. Aquisição de bens – Artigos honoríficos e de decoração

Engloba as despesas com artigos honoríficos, nomeadamente bandeiras, estandartes e galhardetes. Salienta-se, todavia, que as importâncias despendidas com os prémios e

condecorações que se adquirem com o propósito de serem entregues a quaisquer indivíduos ou entidades são consideradas na rubrica 02.01.15. Prémios, condecorações e ofertas.

02.01.20. Aquisição de bens – Material de educação, cultura e recreio

Engloba todo o bem durável, mas não diretamente ligado à produção de bens e serviços, que seja suscetível de constituir junto dos indivíduos fator de dinamização e de enriquecimento da sua cultura, a qual, para efeitos exclusivos do classificador, é tomada num sentido muito amplo, de modo a compreender os campos da educação (incluindo a educação física e o desporto), das artes recreativas e musicais, das belas-artes, da museologia lato sensu, do culto religioso, de recreio e da formação profissional. Em tal conformidade, são enquadráveis na rubrica, entre muitos outros, o material escolar afeto aos estabelecimentos com funções de ensino (como sejam mapas didáticos, coleções mineralógicas, zoológicas e anatómicas, utensílios e aparelhos de laboratórios escolares, réguas, compassos e outros artigos normalmente utilizados nas salas de aula), equipamentos e aparelhos para educação física e desporto, instrumentos musicais, jogos, aparelhos de rádio e de televisão para salas de convívio, livros e revistas quando inventariáveis e afetos a bibliotecas.

02.02.01. Aquisição de serviços – Encargos das instalações

Mantém-se inalterável no seu significado e âmbito e engloba as despesas com água, eletricidade e aquecimento.

02.02.03. Aquisição de serviços – Conservação de bens

Compreende todas as despesas (incluindo os custos de serviços e materiais quando conjuntamente faturados) a satisfazer por trabalhos de reparação, conservação e beneficiação de bens imóveis, móveis e semoventes, quando adjudicados a empresas ou profissionais autónomos.

02.02.14. Aquisição de serviços – Estudos, pareceres, projetos e consultadoria

Incluem-se as despesas relativas a estudos, pareceres, projetos e consultadoria, de organização, apoio à gestão e serviços de natureza técnica prestados por particulares ou outras entidades.

02.02.20. Aquisição de serviços – Outros trabalhos especializados

Incluem-se as despesas relativas aos serviços técnicos prestados por outras empresas que o próprio organismo não pode superar pelos seus meios, tais como serviços informáticos, análises laboratoriais, trabalhos tipográficos, etc.

02.02.25. Aquisição de serviços – Outros serviços

Assume carácter residual no contexto das aquisições de serviços. Só lhe devem ser afetadas as despesas que, de modo algum, não possam ser classificadas noutras rúbricas. Nesta rubrica será contabilizado as despesas relativas às atividades culturais, recreativas, sociais e educacionais desenvolvidas ou apoiadas pela freguesia.

FREGUESIA DE FEBRES						ORÇAMENTO 2021
C. Económica						Valor (em euros)
A	S	R	A	S	Designação	
<b>DESPESA CORRENTES</b>						<b>194 322,98</b>
<b>02</b>					<b>Aquisição de Bens e Serviços</b>	<b>64 643,38</b>
02	01				Aquisição de bens	
02	01	02			Combustíveis e lubrificantes	
02	01	02	02		Gasóleo	4 000,00
02	01	04			Limpeza e higiene	3 000,00
02	01	08			Material de escritório	650,00
02	01	15			Prémios, condecorações e ofertas	1 300,00
02	01	17			Ferramentas e utensílios	2 000,00
02	01	18			Livros e documentação técnica	100,00
02	01	19			Artigos honoríficos e de decoração	100,00
02	01	20			Material de educação, cultura e recreio	1 000,00
02	02				Aquisição de serviços	
02	02	01			Encargos das instalações	10 950,00
02	02	02			Limpeza e higiene	5 000,00
02	02	03			Conservação de bens	4 817,00
02	02	09			Comunicações	5 000,00
02	02	10			Transportes	500,00
02	02	11			Representação dos serviços	250,00
02	02	12			Seguros	2 500,00
02	02	13			Deslocações e estadas	100,00
02	02	14			Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	2 500,00
02	02	17			Publicidade	750,00
02	02	18			Vigilância e segurança	6 752,00
02	02	19			Assistência técnica	250,00
02	02	20			Outros trabalhos especializados	5 000,00
02	02	22			Encargos de Saúde	100,00
02	02	25			Outros serviços	
02	02	25	01		Eventos Recreativos, Culturais e Desportivos	7 500,00
02	02	25	02		Centenário Carlos Oliveira	10,00
02	02	25	99		Outros	514,38

04.	Transferência corrente	Montante	12 500,00 €
	SNC-AP Rúbrica D4		

Neste capítulo são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes tais como o apoio às atividades desenvolvidas pelas Instituições de Solidariedade Social, de Cultura, Recreio e Desporto da e na Freguesia, através da celebração de protocolos.

FREGUESIA DE FEBRES						ORÇAMENTO 2021
C. Económica						Valor (em euros)
A	S	R	A	S	Designação	
<b>DESPESA CORRENTES</b>						<b>194 322,98</b>
<b>04</b>					<b>Transferências correntes</b>	<b>12 500,00</b>
04	07				Instituições sem fins lucrativos	
04	07	01			Instituições sem fins lucrativos	12 500,00

FREGUESIA DE FEBRES

05.	Subsídios	Montante	25 567,78 €
	SNC-AP Rúbrica D4		

Os subsídios em epígrafe tendo, embora, a natureza de transferências correntes, revestem-se, contudo, de características especiais que, sob o aspeto económico, recomendam uma identificação à parte daquelas. Consideram-se «Subsídios» os fluxos financeiros não reembolsáveis.

05.08.03. Subsídios – Famílias – Outras

Pagamento de encargos relativos a apoios sociais e ao pagamento de subsídio ocupacional, previsto nos programas ocupacionais do IEFP.

FREGUESIA DE FEBRES						ORÇAMENTO 2021
C. Económica					Designação	Valor (em euros)
A	S	R	A	S		
<b>DESPESA CORRENTES</b>						<b>194 322,98</b>
<b>05</b>					<b>Subsídios</b>	<b>25 567,78</b>
05	08				Famílias	
05	08	03			Outras	
05	08	03	01		Programas Ocupacionais	24 257,78
05	08	03	02		Incentivo Natalidade	800,00
05	08	03	03		Prémio Conselheiro Costa Soares	500,00
05	08	03	99		Outras	10,00

06.	Outras despesas correntes	Montante	2 510,00 €
	SNC-AP Rúbrica D5		

Esta é uma rúbrica económica com uma função meramente residual, onde se registará todas as despesas correntes não previstas nos outros classificadores e o montante estabelecido para o orçamento participativo.

FREGUESIA DE FEBRES						ORÇAMENTO 2021
C. Económica					Designação	Valor (em euros)
A	S	R	A	S		
<b>DESPESA CORRENTES</b>						<b>194 322,98</b>
<b>06</b>					<b>Outras despesas correntes</b>	<b>2 510,00</b>
06	02				Diversas	
06	02	03			Outras	
06	02	03	05	01	Orçamento Participativo	2 500,00
06	02	03	05	02	Outras	10,00

## 6.2. Despesas de Capital

As despesas de capital apresentam o seguinte desdobramento:

07.	Aquisições de bens de Capital SNC-AP Rúbrica D6	Valor Orçamentado	304 275,92 €
-----	--	-------------------	--------------

Esta rúbrica económica compreende, exclusivamente, as despesas com a aquisição (e também as grandes reparações) dos bens que contribuam para a formação de «capital fixo», isto é, os bens duradouros utilizados, pelo menos, durante um ano, na produção de bens ou serviços, sem que dessa utilização resulte alteração significativa da sua estrutura técnica (máquinas, equipamentos, material de transporte, edifícios, outras construções, etc.).

Esta rúbrica encontra-se mais desenvolvida no Plano Plurianual de Investimentos.

FREGUESIA DE FEBRES						ORÇAMENTO 2021
C. Económica					Designação	Valor (em euros)
A	S	R	A	S		
<b>DESPESAS CAPITAL</b>						<b>304 275,92</b>
<b>07</b>					<b>Aquisição de bens de capital</b>	<b>304 275,92</b>
07	01				Investimentos	
07	01	01			Terrenos	100,00
07	01	03			Edifícios	
07	01	03	01		Instalações de serviços	203 475,92
07	01	03	02		Instalações desportivas e recreativas	8 000,00
07	01	03	03		Mercados e Instalações de Fiscalização Sanitária	5 000,00
07	01	06			Material de transporte	
07	01	06	02		Outro	600,00
07	01	07			Equipamento de informática	900,00
07	01	09			Equipamento administrativo	600,00
07	01	10			Equipamento Básico	
07	01	10	02		Outro	
07	01	11			Ferramentas e utensílios	600,00
07	03				Bens de domínio público	
07	03	01			Terrenos e recursos naturais	
07	03	03			Outras construções e infraestruturas	
07	03	03	01		Viadutos, arruamentos e obras complementares	25 000,00
07	03	03	05		Parques e jardins	12 500,00
07	03	03	06		Instalações desportivas e recreativas	20 000,00
07	03	03	08		Viação rural	2 500,00
07	03	03	09		Sinalização e trânsito	
07	03	03	12		Cemitérios	25 000,00

# III - MAPAS ORÇAMENTAIS



# MAPA DE PESSOAL

2022

## MAPA DE PESSOAL

Artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho

O Mapa de Pessoal é elaborado nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 29º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 35/2014, de 20 de junho) e prevê os postos de trabalho necessários para o desenvolvimento das atividades asseguradas por esta Junta de Freguesia

O mapa de pessoal tem uma durabilidade de um ano, sendo aprovado conjuntamente com a proposta de Orçamento para o ano seguinte e permanecendo objeto de conhecimento público mediante afixação no serviço ou inserção em página eletrónica.

A proposta de mapa de pessoal da Freguesia que se apresenta reflete as necessidades que se perspetivam ao nível dos recursos humanos para o próximo ano, consequência do crescente número de transferências de competências e atribuições a que estão sujeitos as freguesias e os níveis de eficiência, eficácia e qualidade que são exigidos no dia-a-dia aos trabalhadores em funções públicas ao Serviço das Autarquias.

Face ao disposto, e ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, propõe-se o presente mapa de Pessoal para aprovação da Assembleia de Freguesia.



Carreira / Categoria:	Área Funcional:	Postos de Trabalho					
		Trabalhadores em exercício de funções		Vagos / A Criar		Comissão de Serviço	
		CTFP Tempo Indeterminado	CTFP Tempo Resolutivo	CTFP Tempo Indeterminado	CTFP Tempo Resolutivo	Vagos	Livres
Assistente Técnico	Finanças e Património	1					
	Administrativa	1					
Assistente Operacional	Gestão de Infraestruturas	2					
		4	0	0	0	0	0

Carreira / Categoria:	Área Funcional:	Área de Formação Académica ou Formação Profissional:	Funções:	Competências:
Assistente Técnico	Finanças e Património	12.º ano de escolaridade ou de curso que lhe seja equiparado.	Exerce funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, na área de finanças e património, designadamente, execução de atividades de contabilidade, tesouraria, receita, aprovisionamento, património, expediente, arquivo e secretaria.	Realização e orientação para resultados Responsabilidade e compromisso com o serviço Organização e Método de Trabalho Adaptação e Melhoria Contínua Comunicação (oral e escrita) Conhecimentos especializados e experiência
	Administrativa	12.º ano de escolaridade ou de curso que lhe seja equiparado.	Exerce funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação da respetiva unidade orgânica, nomeadamente, expediente, arquivo, secretaria, contabilidade, recursos humanos, aprovisionamento e economato e atendimento ao cliente.	Realização e orientação para resultados Responsabilidade e compromisso com o serviço Organização e Método de Trabalho Adaptação e Melhoria Contínua Comunicação (oral e escrita) Conhecimentos especializados e experiência
Assistente Operacional	Gestão de Infraestruturas	Escolaridade obrigatória	Exerce funções de natureza executiva de carácter manual, enquadradas em diretivas definidas, na área dos espaços verdes e/ou gestão de infraestruturas, executando tarefas de apoio indispensáveis ao funcionamento dos serviços podendo comportar esforço físico, nomeadamente varredura	Realização e orientação para resultados Responsabilidade e compromisso com o serviço Organização e Método de Trabalho Otimização de Recursos Relacionamento Interpessoal Conhecimentos especializados e experiência

## **APROVADO**

### **PELA JUNTA DE FREGUESIA**

O Mapa de Pessoal para o ano de 2022, devidamente numerado e rubricado, foi aprovado na reunião da Junta de Freguesia, tendo todas as suas folhas sido rubricadas pelos membros do executivo que abaixo assinam

**Em reunião de**

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **PELA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA**

O Mapa de Pessoal para o ano de 2022, foi presente e aprovado por maioria / unanimidade da Assembleia de Freguesia em sua sessão ordinária / extraordinária, tendo todas as suas folhas sido rubricadas pela mesa que abaixo assina

**Em sessão de**

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**FREGUESIA DE FEBRES**

**507190246**

Praça Florindo José Frota, n.º18  
3060-318 Febres

---

# **Freguesia de Febres**

## **Orçamento Plurianual**

### **2022**

---



# FREGUESIA DE FEBRES

507190246

Praça Florindo José Frota, n.º18  
3060-318 Febres

Orçamento Plurianual  
2022

Rubrica	Designação	Orçamento 2022			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2023	2024	2025	2026
	<b>Receita corrente</b>	<b>0,00 €</b>	<b>219.002,06 €</b>	<b>219.002,06 €</b>	<b>222.944,09 €</b>	<b>222.944,09 €</b>	<b>222.944,09 €</b>	<b>222.944,09 €</b>
R1	Receita fiscal	0,00 €	6.944,00 €	6.944,00 €	7.068,99 €	7.068,99 €	7.068,99 €	7.068,99 €
<b>R1.1</b>	<b>Impostos diretos</b>	<b>0,00 €</b>	<b>6.944,00 €</b>	<b>6.944,00 €</b>	<b>7.068,99 €</b>	<b>7.068,99 €</b>	<b>7.068,99 €</b>	<b>7.068,99 €</b>
R1.2	Impostos indiretos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>R3</b>	<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>0,00 €</b>	<b>43.204,00 €</b>	<b>43.204,00 €</b>	<b>43.981,67 €</b>	<b>43.981,67 €</b>	<b>43.981,67 €</b>	<b>43.981,67 €</b>
<b>R4</b>	<b>Rendimentos de propriedade</b>	<b>0,00 €</b>	<b>50,00 €</b>	<b>50,00 €</b>	<b>50,90 €</b>	<b>50,90 €</b>	<b>50,90 €</b>	<b>50,90 €</b>
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00 €	160.945,06 €	160.945,06 €	163.842,07 €	163.842,07 €	163.842,07 €	163.842,07 €
R5.1	Transferências correntes	0,00 €	160.945,06 €	160.945,06 €	163.842,07 €	163.842,07 €	163.842,07 €	163.842,07 €
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	160.925,06 €	160.925,06 €	163.821,71 €	163.821,71 €	163.821,71 €	163.821,71 €
<b>R5.1.1.1</b>	<b>Administração Central - Estado</b>	<b>0,00 €</b>	<b>109.310,44 €</b>	<b>109.310,44 €</b>	<b>111.278,03 €</b>	<b>111.278,03 €</b>	<b>111.278,03 €</b>	<b>111.278,03 €</b>
<b>R5.1.1.2</b>	<b>Administração Central - Outras entidades</b>	<b>0,00 €</b>	<b>12.637,73 €</b>	<b>12.637,73 €</b>	<b>12.865,21 €</b>	<b>12.865,21 €</b>	<b>12.865,21 €</b>	<b>12.865,21 €</b>
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>R5.1.1.5</b>	<b>Administração Local</b>	<b>0,00 €</b>	<b>38.976,89 €</b>	<b>38.976,89 €</b>	<b>39.678,47 €</b>	<b>39.678,47 €</b>	<b>39.678,47 €</b>	<b>39.678,47 €</b>
R5.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>R5.1.3</b>	<b>Outras</b>	<b>0,00 €</b>	<b>20,00 €</b>	<b>20,00 €</b>	<b>20,36 €</b>	<b>20,36 €</b>	<b>20,36 €</b>	<b>20,36 €</b>
R5.2	Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>R6</b>	<b>Venda de bens e serviços</b>	<b>0,00 €</b>	<b>7.849,00 €</b>	<b>7.849,00 €</b>	<b>7.990,28 €</b>	<b>7.990,28 €</b>	<b>7.990,28 €</b>	<b>7.990,28 €</b>
<b>R7</b>	<b>Outras receitas correntes</b>	<b>0,00 €</b>	<b>10,00 €</b>	<b>10,00 €</b>	<b>10,18 €</b>	<b>10,18 €</b>	<b>10,18 €</b>	<b>10,18 €</b>
	<b>Receita de capital</b>	<b>0,00 €</b>	<b>279.596,84 €</b>	<b>279.596,84 €</b>	<b>121.120,92 €</b>	<b>121.120,92 €</b>	<b>121.120,92 €</b>	<b>121.120,92 €</b>
<b>R8</b>	<b>Venda de bens de investimento</b>	<b>0,00 €</b>	<b>20.378,00 €</b>	<b>20.378,00 €</b>	<b>20.378,00 €</b>	<b>20.378,00 €</b>	<b>20.378,00 €</b>	<b>20.378,00 €</b>
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00 €	259.218,84 €	259.218,84 €	100.742,92 €	100.742,92 €	100.742,92 €	100.742,92 €
R9.1	Transferências de capital	0,00 €	259.218,84 €	259.218,84 €	100.742,92 €	100.742,92 €	100.742,92 €	100.742,92 €
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	259.218,84 €	259.218,84 €	100.742,92 €	100.742,92 €	100.742,92 €	100.742,92 €
<b>R9.1.1.1</b>	<b>Administração Central - Estado</b>	<b>0,00 €</b>	<b>10,00 €</b>	<b>10,00 €</b>	<b>10,00 €</b>	<b>10,00 €</b>	<b>10,00 €</b>	<b>10,00 €</b>
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>R9.1.1.5</b>	<b>Administração Local</b>	<b>0,00 €</b>	<b>259.208,84 €</b>	<b>259.208,84 €</b>	<b>100.732,92 €</b>	<b>100.732,92 €</b>	<b>100.732,92 €</b>	<b>100.732,92 €</b>
R9.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.3	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R10	Outras receitas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	<b>Receita efetiva [1]</b>	<b>0,00 €</b>	<b>498.598,90 €</b>	<b>498.598,90 €</b>	<b>344.065,01 €</b>	<b>344.065,01 €</b>	<b>344.065,01 €</b>	<b>344.065,01 €</b>
	<b>Receita não efetiva [2]</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
R12	Receita com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R13	Receita com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	<b>Receita total [3]=[1]+[2]</b>	<b>0,00 €</b>	<b>498.598,90 €</b>	<b>498.598,90 €</b>	<b>344.065,01 €</b>	<b>344.065,01 €</b>	<b>344.065,01 €</b>	<b>344.065,01 €</b>



# FREGUESIA DE FEBRES

507190246

Praça Florindo José Frota, n.º18  
3060-318 Febres

Orçamento Plurianual  
2022

Rubrica	Designação	Orçamento 2022			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2023	2024	2025	2026
	<b>Despesa Corrente</b>	<b>0,00 €</b>	<b>194.322,98 €</b>	<b>194.322,98 €</b>	<b>198.665,01 €</b>	<b>198.665,01 €</b>	<b>198.665,01 €</b>	<b>198.665,01 €</b>
D1	Despesas com o pessoal	0,00 €	89.101,82 €	89.101,82 €	90.705,64 €	90.705,64 €	90.705,64 €	90.705,64 €
<b>D1.1</b>	<b>Remunerações Certas e Permanentes</b>	<b>0,00 €</b>	<b>66.999,82 €</b>	<b>66.999,82 €</b>	<b>68.205,81 €</b>	<b>68.205,81 €</b>	<b>68.205,81 €</b>	<b>68.205,81 €</b>
<b>D1.2</b>	<b>Abonos Variáveis ou Eventuais</b>	<b>0,00 €</b>	<b>4.450,00 €</b>	<b>4.450,00 €</b>	<b>4.530,10 €</b>	<b>4.530,10 €</b>	<b>4.530,10 €</b>	<b>4.530,10 €</b>
<b>D1.3</b>	<b>Segurança social</b>	<b>0,00 €</b>	<b>17.652,00 €</b>	<b>17.652,00 €</b>	<b>17.969,73 €</b>	<b>17.969,73 €</b>	<b>17.969,73 €</b>	<b>17.969,73 €</b>
<b>D2</b>	<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>0,00 €</b>	<b>64.643,38 €</b>	<b>64.643,38 €</b>	<b>65.806,97 €</b>	<b>65.806,97 €</b>	<b>65.806,97 €</b>	<b>65.806,97 €</b>
D3	Juros e outros encargos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00 €	38.067,78 €	38.067,78 €	38.753,00 €	38.753,00 €	38.753,00 €	38.753,00 €
D4.1	Transferências correntes	0,00 €	12.500,00 €	12.500,00 €	12.725,00 €	12.725,00 €	12.725,00 €	12.725,00 €
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>D4.1.2</b>	<b>Entidades do setor não lucrativo</b>	<b>0,00 €</b>	<b>12.500,00 €</b>	<b>12.500,00 €</b>	<b>12.725,00 €</b>	<b>12.725,00 €</b>	<b>12.725,00 €</b>	<b>12.725,00 €</b>
D4.1.3	Famílias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>D4.2</b>	<b>Subsídios correntes</b>	<b>0,00 €</b>	<b>25.567,78 €</b>	<b>25.567,78 €</b>	<b>26.028,00 €</b>	<b>26.028,00 €</b>	<b>26.028,00 €</b>	<b>26.028,00 €</b>
<b>D5</b>	<b>Outras despesas correntes</b>	<b>0,00 €</b>	<b>2.510,00 €</b>	<b>2.510,00 €</b>	<b>3.399,40 €</b>	<b>3.399,40 €</b>	<b>3.399,40 €</b>	<b>3.399,40 €</b>
	<b>Despesa de capital</b>	<b>0,00 €</b>	<b>304.275,92 €</b>	<b>304.275,92 €</b>	<b>145.400,00 €</b>	<b>145.400,00 €</b>	<b>145.400,00 €</b>	<b>145.400,00 €</b>
<b>D6</b>	<b>Aquisição de bens de capital</b>	<b>0,00 €</b>	<b>304.275,92 €</b>	<b>304.275,92 €</b>	<b>145.400,00 €</b>	<b>145.400,00 €</b>	<b>145.400,00 €</b>	<b>145.400,00 €</b>
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1	Transferências de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.3	Famílias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D8	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	<b>Despesa efetiva [4]</b>	<b>0,00 €</b>	<b>498.598,90 €</b>	<b>498.598,90 €</b>	<b>344.065,01 €</b>	<b>344.065,01 €</b>	<b>344.065,01 €</b>	<b>344.065,01 €</b>
	<b>Despesa não efetiva [5]</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	<b>Despesa total [6]=[4]+[5]</b>	<b>0,00 €</b>	<b>498.598,90 €</b>	<b>498.598,90 €</b>	<b>344.065,01 €</b>	<b>344.065,01 €</b>	<b>344.065,01 €</b>	<b>344.065,01 €</b>
	<b>Saldo total [3] - [6]</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-0,00 €</b>	<b>-0,00 €</b>	<b>-0,00 €</b>	<b>-0,00 €</b>
	<b>Saldo global [1] - [4]</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-0,00 €</b>	<b>-0,00 €</b>	<b>-0,00 €</b>	<b>-0,00 €</b>
	Despesa primária	0,00 €	498.598,90 €	498.598,90 €	344.065,01 €	344.065,01 €	344.065,01 €	344.065,01 €
	Saldo corrente	0,00 €	24.679,08 €	24.679,08 €	24.279,08 €	24.279,08 €	24.279,08 €	24.279,08 €
	Saldo de capital	0,00 €	-24.679,08 €	-24.679,08 €	-24.279,08 €	-24.279,08 €	-24.279,08 €	-24.279,08 €
	Saldo primário	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-0,00 €	-0,00 €	-0,00 €	-0,00 €



## FREGUESIA DE FEBRES

507190246

Praça Florindo José Frota, n.º18  
3060-318 Febres

Orçamento Plurianual  
2022

Órgão executivo,

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Órgão deliberativo,

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

O Contabilista Público,

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

213977150

12080



**FREGUESIA DE FEBRES**

**507190246**

Praça Florindo José Frota, n.º18  
3060-318 Febres

---

# **Freguesia de Febres**

## **Plano Plurianual de Investimentos**

### **2022**

---





# FREGUESIA DE FEBRES

507190246  
Praça Florindo José Frota, n.º18  
3060-318 Febres

## Plano Plurianual de Investimentos - 2022 Inicial

Objectivo	Projeto	Designação	Rubrica Orçamental		Forma Realização	Fonte de Financiamento				Datas		Fase de Execução	Pagamentos							Total Previsto		
			Orgânica	Económica		RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim		Realizado em períodos anteriores	Estimativa de realização do período 2021	Períodos seguintes							
															2022	2023	2024	2025	2026		Outros	
111	2022/2022.16	Aquisição de Terrenos	01	070101	A	0.00	100.00	0.00	0.00	01/01/2022	31/12/2026	0	0,00 €	0,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	0,00 €	500,00 €	
111	2022/2022.05	Outras Obras de Requalificação	01	07010301	A	0.00	100.00	0.00	0.00	01/01/2022	31/12/2026	0	0,00 €	0,00 €	5.000,00 €	2.500,00 €	2.500,00 €	2.500,00 €	2.500,00 €	0,00 €	15.000,00 €	
111	2022/2022.06	Parques Infantis - Requalificação, Beneficiação e Manutenção	01	07010302	A	0.00	100.00	0.00	0.00	01/01/2022	31/12/2026	0	0,00 €	0,00 €	7.500,00 €	7.500,00 €	15.000,00 €	7.500,00 €	7.500,00 €	0,00 €	45.000,00 €	
111	2022/2022.09	Equipamentos Desportivos - Requalificação, Beneficiação e Manutenção	01	07010302	A	0.00	100.00	0.00	0.00	01/01/2022	31/12/2026	0	0,00 €	0,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	0,00 €	2.500,00 €	
111	2022/2022.07	Mercado - Obras de Beneficiação	01	07010303	A	0.00	100.00	0.00	0.00	01/01/2022	31/12/2026	0	0,00 €	0,00 €	5.000,00 €	15.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	0,00 €	35.000,00 €	
111	2022/2022.15	Equipamento de Transporte	01	07010602	A	0.00	100.00	0.00	0.00	01/01/2022	31/12/2026	0	0,00 €	0,00 €	600,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	0,00 €	2.600,00 €	
111	2022/2022.14	Equipamento - Informático	01	070107	A	0.00	100.00	0.00	0.00	01/01/2022	31/12/2026	0	0,00 €	0,00 €	900,00 €	800,00 €	800,00 €	800,00 €	800,00 €	0,00 €	4.100,00 €	
111	2022/2022.13	Equipamento - Administrativo	01	070109	A	0.00	100.00	0.00	0.00	01/01/2022	31/12/2026	0	0,00 €	0,00 €	600,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	0,00 €	2.600,00 €	
111	2022/2022.12	Equipamento - Ferramentas e Utensílios	01	070111	A	0.00	100.00	0.00	0.00	01/01/2022	31/12/2026	0	0,00 €	0,00 €	600,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	0,00 €	2.600,00 €	
111	2022/2022.03	Fontes, Lavadouros e Lagoas - Requalificação, Beneficiação e Manutenção	01	07030301	A	0.00	100.00	0.00	0.00	01/01/2022	31/12/2026	0	0,00 €	0,00 €	2.500,00 €	2.500,00 €	2.500,00 €	2.500,00 €	2.500,00 €	0,00 €	12.500,00 €	
111	2022/2022.04	Passaios e Valetas - Construção e Manutenção	01	07030301	A	0.00	100.00	0.00	0.00	01/01/2022	31/12/2026	0	0,00 €	0,00 €	20.000,00 €	35.000,00 €	35.000,00 €	25.000,00 €	35.000,00 €	0,00 €	150.000,00 €	
111	2022/2022.11	Requalificações e Arranjos urbanísticos	01	07030301	A	0.00	100.00	0.00	0.00	01/01/2022	31/12/2026	0	0,00 €	0,00 €	2.500,00 €	7.500,00 €	7.500,00 €	50.000,00 €	25.000,00 €	0,00 €	92.500,00 €	
111	2022/2022.02	Espaços Verdes - Criação e Manutenção	01	07030305	A	0.00	100.00	0.00	0.00	01/01/2022	31/12/2026	0	0,00 €	0,00 €	12.500,00 €	15.000,00 €	15.000,00 €	15.000,00 €	15.000,00 €	0,00 €	72.500,00 €	
111	2022/2022.10	Equipamentos Desportivos - Requalificação, Beneficiação e Manutenção	01	07030306	A	0.00	100.00	0.00	0.00	01/01/2022	31/12/2026	0	0,00 €	0,00 €	20.000,00 €	20.000,00 €	30.000,00 €	5.000,00 €	20.000,00 €	0,00 €	95.000,00 €	
111	2022/2022.01	Caminhos - Construção e Beneficiação	01	07030308	A	0.00	100.00	0.00	0.00	01/01/2022	31/12/2026	0	0,00 €	0,00 €	2.500,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	0,00 €	22.500,00 €	
111	2022/2022.08	Cemitério - Obras de Requalificação, Beneficiação e Ampliação	01	07030312	A	0.00	100.00	0.00	0.00	01/01/2022	31/12/2026	0	0,00 €	0,00 €	25.000,00 €	25.000,00 €	25.000,00 €	25.000,00 €	25.000,00 €	0,00 €	125.000,00 €	
111	2022/202005	Museu do Ouro e da Relojoaria	01	07010301	E	0.00	100.00	0.00	0.00	08/12/2021	31/12/2025	0	50.626,31 €	0,00 €	198.475,92 €	7.500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	256.602,23 €	
<b>Total Objectivo 111</b>													<b>50.626,31 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>304.275,92 €</b>	<b>145.400,00 €</b>	<b>145.400,00 €</b>	<b>145.400,00 €</b>	<b>145.400,00 €</b>	<b>145.400,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>936.502,23 €</b>
<b>Total</b>													<b>50.626,31 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>304.275,92 €</b>	<b>145.400,00 €</b>	<b>145.400,00 €</b>	<b>145.400,00 €</b>	<b>145.400,00 €</b>	<b>145.400,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>936.502,23 €</b>



## FREGUESIA DE FEBRES

507190246

Praça Florindo José Frota, n.º18  
3060-318 Febres

## Plano Plurianual de Investimentos - 2022 Inicial

Órgão executivo,

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Órgão deliberativo,

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

O Contabilista Público,

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

213977150

12080



**FREGUESIA DE FEBRES**

**507190246**

Praça Florindo José Frota, nº18  
3060-318 Febres

---

# **Freguesia de Febres**

## **Orçamento Inicial da Receita**

### **2022**

---



# FREGUESIA DE FEBRES

507190246

Praça Florindo José Frota, nº18  
3060-318 Febres

Orçamento Inicial de Receita  
2022

Class. Econ.	Receitas	Valor	Capítulo
<b>RECEITAS CORRENTES</b>			
01	Impostos directos	6.944,00 €	-
0102	Outros	6.944,00 €	-
<b>010202</b>	<b>Imposto municipal sobre imóveis</b>	<b>6.944,00 €</b>	<b>-</b>
<b>Total Rubrica 01</b>			<b>6.944,00 €</b>
04	Taxas, multas e outras penalidades	43.204,00 €	-
0401	Taxas	43.204,00 €	-
040123	Taxas específicas das autarquias locais	43.204,00 €	-
<b>04012301</b>	<b>Mercados e feiras</b>	<b>41.000,00 €</b>	<b>-</b>
<b>04012304</b>	<b>Animais</b>	<b>800,00 €</b>	<b>-</b>
04012399	Outras	1.404,00 €	-
<b>0401239999</b>	<b>Outras</b>	<b>1.404,00 €</b>	<b>-</b>
<b>Total Rubrica 04</b>			<b>43.204,00 €</b>
05	Rendimentos da propriedade	50,00 €	-
0502	Juros - Sociedades financeiras	50,00 €	-
<b>050201</b>	<b>Bancos e outras instituições financeiras</b>	<b>50,00 €</b>	<b>-</b>
<b>Total Rubrica 05</b>			<b>50,00 €</b>
06	Transferências correntes	160.945,06 €	-
0603	Administração central	121.948,17 €	-
060301	Estado	109.310,44 €	-
<b>06030104</b>	<b>Fundo de Financiamento das Freguesias</b>	<b>61.369,00 €</b>	<b>-</b>
<b>06030105</b>	<b>Artigo 38.º, n.º 8 da Lei 73/2013</b>	<b>15.669,00 €</b>	<b>-</b>
<b>06030106</b>	<b>Transferência de Competências</b>	<b>24.972,00 €</b>	<b>-</b>
<b>06030107</b>	<b>Transferência Eleitos Locais</b>	<b>7.300,44 €</b>	<b>-</b>
<b>060309</b>	<b>Serviços e fundos autónomos - Subsistema de protecção à família e políticas activas de emprego e formação profissional</b>	<b>12.637,73 €</b>	<b>-</b>
0605	Administração local	38.976,89 €	-
060501	Continente	38.976,89 €	-
06050101	Acordo Execução Delegação de Competências	38.976,89 €	-
<b>0605010101</b>	<b>Acordos de Execução Delegação de Competências</b>	<b>10,00 €</b>	<b>-</b>
<b>0605010102</b>	<b>Contrato Interadministrativo</b>	<b>28.846,89 €</b>	<b>-</b>
<b>0605010103</b>	<b>Mesas de Voto</b>	<b>750,00 €</b>	<b>-</b>
<b>0605010104</b>	<b>Escolas</b>	<b>1.600,00 €</b>	<b>-</b>
<b>0605010105</b>	<b>Protocolo "Museu Carlos Oliveira"</b>	<b>6.420,00 €</b>	<b>-</b>
<b>0605010109</b>	<b>Outros Apoios</b>	<b>1.350,00 €</b>	<b>-</b>

**FREGUESIA DE FEBRES**

507190246

Praça Florindo José Frota, nº18  
3060-318 Febres**Orçamento Inicial de Receita  
2022****TRANSPORTADO: 211.123,06 €**

Class. Econ.	Receitas	Valor	Capítulo
0607	Instituições sem fins lucrativos	10,00 €	-
<b>060701</b>	<b>Instituições sem fins lucrativos</b>	<b>10,00 €</b>	-
0608	Famílias	10,00 €	-
<b>060801</b>	<b>Famílias</b>	<b>10,00 €</b>	-
<b>Total Rubrica 06</b>			<b>160.945,06 €</b>
07	Venda de bens e serviços correntes	7.849,00 €	-
0702	Serviços	7.619,00 €	-
<b>070201</b>	<b>Aluguer de espaços e equipamentos</b>	<b>500,00 €</b>	-
070209	Serviços específicos das autarquias	7.119,00 €	-
<b>07020905</b>	<b>Cemitérios</b>	<b>7.119,00 €</b>	-
0703	Rendas	230,00 €	-
<b>070301</b>	<b>Habitações</b>	<b>230,00 €</b>	-
<b>Total Rubrica 07</b>			<b>7.849,00 €</b>
08	Outras receitas correntes	10,00 €	-
0801	Outras	10,00 €	-
080199	Outras	10,00 €	-
<b>08019999</b>	<b>Diversas</b>	<b>10,00 €</b>	-
<b>Total Rubrica 08</b>			<b>10,00 €</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>			
09	Venda de bens de investimento	20.378,00 €	-
0901	Terrenos	20.368,00 €	-
<b>090106</b>	<b>Administração Pública - Administração local - Continente</b>	<b>20.368,00 €</b>	-
0902	Habitações	10,00 €	-
<b>090206</b>	<b>Administração Pública - Administração local - Continente</b>	<b>10,00 €</b>	-
<b>Total Rubrica 09</b>			<b>20.378,00 €</b>
10	Transferências de capital	259.218,84 €	-
1003	Administração central	10,00 €	-
100301	Estado	10,00 €	-
<b>10030104</b>	<b>Cooperação Técnica e Financeira</b>	<b>10,00 €</b>	-
1005	Administração local	259.208,84 €	-
100501	Continente	259.208,84 €	-
10050101	Contrato Inter-Administrativo	259.208,84 €	-
<b>1005010101</b>	<b>Contrato Inter-Administrativo</b>	<b>10,00 €</b>	-

**FREGUESIA DE FEBRES****507190246**Praça Florindo José Frota, nº18  
3060-318 Febres**Orçamento Inicial de Receita  
2022****TRANSPORTADO: 239.400,06 €**

Class. Econ.	Receitas	Valor	Capítulo
1005010102	Acordos de Execução Delegação de Competências	52.912,92 €	-
1005010105	Acordos de Execução "Museu do Ouro e da Relojoaria"	198.475,92 €	-
1005010109	Outros Acordos de Execução	7.810,00 €	-
<b>Total Rubrica 10</b>			<b>259.218,84 €</b>

**RECEITA NÃO EFETIVA**

<b>Total Rubrica</b>	<b>0,00 €</b>
----------------------	---------------

**Resumo do Orçamento de Receitas**

ÓRGÃO EXECUTIVO	ÓRGÃO DELIBERATIVO		
Em ___ de ___ de ___	Em ___ de ___ de ___	Receitas Correntes	219.002,06 €
_____	_____	Receitas de Capital	279.596,84 €
_____	_____	Receitas não Efetivas	0,00 €
_____	_____	<b>TOTAL (EUR)</b>	<b>498.598,90 €</b>



**FREGUESIA DE FEBRES**

**507190246**

Praça Florindo José Frota, nº18  
3060-318 Febres

---

# **Freguesia de Febres**

## **Orçamento Inicial da Despesa**

### **2022**

---

**FREGUESIA DE FEBRES**

507190246

Praça Florindo José Frota, nº18  
3060-318 FebresOrçamento Inicial de Despesa  
2022

Class. Econ.	Despesas	Valor	Capítulo
<b>DESPESAS CORRENTES</b>			
01	Despesas com o pessoal	89.101,82 €	-
0101	Remunerações certas e permanentes	66.999,82 €	-
<b>010101</b>	<b>Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos</b>	<b>14.482,78 €</b>	-
010104	Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho	36.100,08 €	-
<b>01010401</b>	<b>Pessoal em funções</b>	<b>36.100,08 €</b>	-
<b>01010404</b>	<b>Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho</b>	<b>0,00 €</b>	-
<b>010107</b>	<b>Pessoal em regime de tarefa ou avença</b>	<b>2.400,00 €</b>	-
<b>010112</b>	<b>Suplementos e prémios</b>	<b>3.592,80 €</b>	-
<b>010113</b>	<b>Subsidio de refeição</b>	<b>4.407,48 €</b>	-
<b>010114</b>	<b>Subsídio de férias e de Natal</b>	<b>6.016,68 €</b>	-
0102	Abonos variáveis ou eventuais	4.450,00 €	-
<b>010202</b>	<b>Horas extraordinárias</b>	<b>2.800,00 €</b>	-
010213	Outros suplementos e prémios	1.650,00 €	-
<b>01021303</b>	<b>Senhas de Presença</b>	<b>1.650,00 €</b>	-
0103	Segurança social	17.652,00 €	-
<b>010301</b>	<b>Encargos com a saúde</b>	<b>1.296,80 €</b>	-
010305	Contribuições para a segurança social	14.895,67 €	-
<b>01030501</b>	<b>Assistência na doença dos funcionários públicos (ADSE)</b>	<b>1.274,34 €</b>	-
01030502	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	13.621,33 €	-
<b>0103050202</b>	<b>Segurança social - Regime geral</b>	<b>13.621,33 €</b>	-
010309	Seguros	1.219,53 €	-
<b>01030901</b>	<b>Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais</b>	<b>1.219,53 €</b>	-
010310	Outras despesas de segurança social	240,00 €	-
<b>01031099</b>	<b>Outras despesas de segurança social</b>	<b>240,00 €</b>	-
<b>Total Rubrica 01</b>			<b>89.101,82 €</b>
02	Aquisição de bens e serviços	64.643,38 €	-
0201	Aquisição de bens	12.150,00 €	-
020102	Combustíveis e lubrificantes	4.000,00 €	-
<b>02010202</b>	<b>Gasóleo</b>	<b>4.000,00 €</b>	-
<b>020104</b>	<b>Limpeza e higiene</b>	<b>3.000,00 €</b>	-
<b>020108</b>	<b>Material de escritório</b>	<b>650,00 €</b>	-
<b>020115</b>	<b>Prémios, condecorações e ofertas</b>	<b>1.300,00 €</b>	-
<b>020117</b>	<b>Ferramentas e utensílios</b>	<b>2.000,00 €</b>	-
<b>020118</b>	<b>Livros e documentação técnica</b>	<b>100,00 €</b>	-
<b>020119</b>	<b>Artigos honoríficos e de decoração</b>	<b>100,00 €</b>	-



**FREGUESIA DE FEBRES**

507190246

Praça Florindo José Frota, nº18  
3060-318 Febres**Orçamento Inicial de Despesa  
2022****TRANSPORTADO: 100.251,82 €**

Class. Econ.	Despesas	Valor	Capítulo
020120	<b>Material de educação, cultura e recreio</b>	<b>1.000,00 €</b>	-
0202	Aquisição de serviços	52.493,38 €	-
020201	<b>Encargos das instalações</b>	<b>10.950,00 €</b>	-
020202	<b>Limpeza e higiene</b>	<b>5.000,00 €</b>	-
020203	<b>Conservação de bens</b>	<b>4.817,00 €</b>	-
020209	<b>Comunicações</b>	<b>5.000,00 €</b>	-
020210	<b>Transportes</b>	<b>500,00 €</b>	-
020211	<b>Representação dos serviços</b>	<b>250,00 €</b>	-
020212	<b>Seguros</b>	<b>2.500,00 €</b>	-
020213	<b>Deslocações e estadas</b>	<b>100,00 €</b>	-
020214	<b>Estudos, pareceres, projectos e consultadoria</b>	<b>2.500,00 €</b>	-
020217	<b>Publicidade</b>	<b>750,00 €</b>	-
020218	<b>Vigilância e segurança</b>	<b>6.752,00 €</b>	-
020219	<b>Assistência técnica</b>	<b>250,00 €</b>	-
020220	<b>Outros trabalhos especializados</b>	<b>5.000,00 €</b>	-
020222	<b>Serviços de saúde</b>	<b>100,00 €</b>	-
020225	Outros serviços	8.024,38 €	-
02022501	<b>Eventos recreativos, culturais e desportivos</b>	<b>7.500,00 €</b>	-
02022502	<b>Centenário Carlos Oliveira</b>	<b>10,00 €</b>	-
02022599	<b>Outros serviços</b>	<b>514,38 €</b>	-
<b>Total Rubrica 02</b>			<b>64.643,38 €</b>
04	Transferências correntes	12.500,00 €	-
0407	Instituições sem fins lucrativos	12.500,00 €	-
040701	<b>Instituições sem fins lucrativos</b>	<b>12.500,00 €</b>	-
<b>Total Rubrica 04</b>			<b>12.500,00 €</b>
05	Subsídios	25.567,78 €	-
0508	Famílias	25.567,78 €	-
050803	Outras	25.567,78 €	-
05080301	<b>Programas Ocupacionais</b>	<b>24.257,78 €</b>	-
05080302	<b>Incentivo Natalidade</b>	<b>800,00 €</b>	-
05080303	<b>Prémio Conselheiro Costa Soares</b>	<b>500,00 €</b>	-
05080399	<b>Outras</b>	<b>10,00 €</b>	-
<b>Total Rubrica 05</b>			<b>25.567,78 €</b>
06	Outras despesas correntes	2.510,00 €	-
0602	Diversas	2.510,00 €	-

**FREGUESIA DE FEBRES**

507190246

Praça Florindo José Frota, nº18  
3060-318 Febres**Orçamento Inicial de Despesa  
2022****TRANSPORTADO: 191.812,98 €**

Class. Econ.	Despesas	Valor	Capítulo
060203	Outras	2.510,00 €	-
06020305	Outras	2.510,00 €	-
<b>0602030501</b>	<b>Orçamento Participativo</b>	<b>2.500,00 €</b>	-
<b>0602030502</b>	<b>Outras</b>	<b>10,00 €</b>	-
<b>Total Rubrica 06</b>			<b>2.510,00 €</b>

**DESPESAS DE CAPITAL**

07	Aquisição de bens de capital	304.275,92 €	-
0701	Investimentos	219.275,92 €	-
<b>070101</b>	<b>Terrenos</b>	<b>100,00 €</b>	-
070103	Edifícios	216.475,92 €	-
<b>07010301</b>	<b>Instalações de serviços</b>	<b>203.475,92 €</b>	-
<b>07010302</b>	<b>Instalações desportivas e recreativas</b>	<b>8.000,00 €</b>	-
<b>07010303</b>	<b>Mercados e instalações de fiscalização sanitária</b>	<b>5.000,00 €</b>	-
070106	Material de transporte	600,00 €	-
<b>07010602</b>	<b>Outro</b>	<b>600,00 €</b>	-
<b>070107</b>	<b>Equipamento de informática</b>	<b>900,00 €</b>	-
<b>070109</b>	<b>Equipamento administrativo</b>	<b>600,00 €</b>	-
<b>070111</b>	<b>Ferramentas e utensílios</b>	<b>600,00 €</b>	-
0703	Bens de domínio público	85.000,00 €	-
070303	Outras construções e infraestruturas	85.000,00 €	-
<b>07030301</b>	<b>Viadutos, arruamentos e obras complementares</b>	<b>25.000,00 €</b>	-
<b>07030305</b>	<b>Parques e jardins</b>	<b>12.500,00 €</b>	-
<b>07030306</b>	<b>Instalações desportivas e recreativas</b>	<b>20.000,00 €</b>	-
<b>07030308</b>	<b>Viação rural</b>	<b>2.500,00 €</b>	-
<b>07030312</b>	<b>Cemitérios</b>	<b>25.000,00 €</b>	-
<b>Total Rubrica 07</b>			<b>304.275,92 €</b>

**Resumo do Orçamento de Despesas**

		Despesas Correntes	194.322,98 €
		Despesas de Capital	304.275,92 €
		<b>TOTAL (EUR)</b>	<b>498.598,90 €</b>
ÓRGÃO EXECUTIVO	ÓRGÃO DELIBERATIVO		
Em ___ de ___ de ___	Em ___ de ___ de ___		
_____	_____		
_____	_____		
_____	_____		